

Fase		
2.7 - <i>Formação continuada dos alunos</i>		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Seminários internos, ciclos de debate e rodas de conversa.	agosto/20 a fevereiro/22	15
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1, 2, 3, 4 e 5		
<p>Detalhamento: Conforme introduzido no item 2.6 - acompanhamento e orientação dos estudantes - o processo formativo se dá no cotidiano e no total das ações realizadas. Nesse sentido, compreende-se que, no engajamento em atividades regulares das equipes, ocorre um processo de “formação-ação”, no qual o saber integra-se ao fazer. Cabe destacar que tal processo se dá tanto no âmbito de atividades internas, como externas. Compreendendo que o Projeto não se aparta da atividade acadêmica, também integra tal processo a indicação de leituras, de documentários, de filmes e de <i>lives</i> afetas à temática norteadora do projeto. Considera-se, portanto, desejável que parte do tempo de disponibilidade dos extensionistas seja ocupado com atividades dessa natureza.</p> <p>Complementarmente às atividades acima descritas, seguem acontecendo os encontros do Grupo de Estudos do Projeto Paraopeba, onde são estudados textos teórico-acadêmicos, documentários e outros suportes para a transmissão de conhecimento. Nos meses de março, abril e maio foram abordados temas como racismo ambiental; processos de exclusão e redes de solidariedade; articulação política, sociedade e movimentos sociais; a trajetória dos atingidos desde o rompimento da barragem; processos de participação social no processo de reparação integral; legislações vigentes e ações de controle e fiscalização ambiental - entre outros temas atinentes ao</p>		



desenvolvimento das atividades do projeto. Os grupos, com duração aproximada de 1h e 30 minutos, incentivam o protagonismo dos extensionistas e fomentam a sua participação tanto nas discussões quanto na proposição de temas. Foram alguns títulos de obras discutidas ao longo do trimestre:

- Análise institucional da política nacional de meio ambiente – José Carlos Carvalho
- A Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce: mineração e territorialidades em tensão – Eduardo Barcelos; Fabrício Vassalli Vanelli; Lucas Magno; Luiz Henrique Vieira; Luiz Jardim Wanderley; Rafael Otávio Goulart; Reinaldo Duque Brasil Landulfo Teixeira.
- Do direito florestal ao direito ambiental: um resgate histórico da proteção jurídica do Meio Ambiente. Paulo Alan Jenison Silva; Cintia Garabini Lages.
- Perfil Geológico do Parque Nacional da Serra do Gandarela, Minas Gerais, Brasil. Darcy José dos Santos; Úrsula de Azevedo Ruchkys; Luiz Eduardo Panisset Travassos.
- Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. Norma Valencio; Mariana Siena; Victor Marchezini; Juliano Costa Gonçalves.

Frente ao propósito de envolver outros atores da CAMF no processo formativo que se realiza por meio do Grupo de Estudos, o coordenador da assessoria temática do meio biótico mediou, no último trimestre, a discussão conduzida pelo advogado especialista em direito ambiental, Felipe Augusto Duarte Milton, sobre as legislações vigentes e ações de controle e fiscalização ambiental. A primeira reunião da formação continuada, que contou com a presença da assessoria técnica do meio biótico, foi sobre a apresentação da minuta



do acordo e seus referidos anexos. Como colaboração externa, também estiveram presentes o professor do PPG em Geografia, Luiz Eduardo Panisset Travassos, que conduziu os debates sobre Geologia, Geografia e Mineração Aplicada e, também, o professor de Geografia, Rafael Otávio Goulart, que conduziu um debate sobre a história da mineração em Minas Gerais.

Entre as equipes do Projeto, já há movimentos para a replicação desses debates, de modo a garantir um aprofundamento das discussões e a articulação dos saberes construídos às ações e estratégias empenhadas no trabalho. Cabe, ainda, destacar que o caráter multidisciplinar na composição das equipes reflete a potencialização do diálogo multi, inter e transdisciplinar, conforme já exposto no item 2.6. É necessário destacar, ainda, que a participação nos debates em questão visa a reforçar a participação ativa dos extensionistas em outros espaços do Projeto, permitindo a explanação de falas consistentes e potentes que contribuirão para o enriquecimento dos debates e reflexões que se produzem nos encontros intra e interinstitucionais.

Além do que já foi descrito, por tratar-se de um projeto que se desenvolve no âmbito da Universidade, também é encorajada a produção acadêmica e a participação dos extensionistas em atividades como seminários, mesas redondas, lives sobre temáticas afetas ao projeto, sejam elas realizadas pela Universidade, pela CAMF ou instituições externas. Cabe destacar, entretanto, que para quaisquer apresentações ficam resguardadas as regras de sigilo sobre assuntos referentes ao processo, diretriz esta que é sucessivamente reiterada e reforçada pela coordenação do projeto.

No interior da equipe Jurídica, a formação continuada das estudantes extensionistas é acompanhada nas reuniões quinzenais, a partir das temáticas transversais ao projeto (danos coletivos, direito dos desastres, matriz de danos, responsabilidade civil da pessoa jurídica, atuação dos tribunais, entre outros). Nessa compreensão, as estudantes são conduzidas pela advogada na elaboração de estudos para viabilizar pesquisa científica, que culminará na produção de um artigo, em ressonância à provocação que se fez no Grupo de Estudos. A



partir de cada demanda, as pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais realizadas internamente pelas estudantes extensionistas são assistidas pela equipe jurídica, com o objetivo de organizar metodologicamente a análise dos dados.

No caso da equipe de TI do Projeto Paraopeba, em consonância com a produção do Banco de Dados compartilhado, além da participação no Grupo de Estudos do Projeto Paraopeba, o extensionista está realizando um curso de Power BI com 6 (seis) Módulos.

Foi iniciado, no mês de maio, o processo formativo envolvendo extensionistas, professores e técnicos do Projeto Paraopeba, com vistas à atualização das equipes e complementação aos processos de acolhimento realizados com integrantes do Projeto que ingressaram após o primeiro processo formativo.

Nos dias 28 e 31 de maio, ocorreu o encontro sobre “O Rompimento da Barragem e o Processo de Reparação de Danos”.

Evidências de execução: Memórias de grupos de estudos, lives, palestras e seminários

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
2.8 - Organização do espaço de funcionamento do projeto na Avenida Amazonas		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Processo de compra bens, equipamentos, materiais permanentes e de consumo e contratação de serviços	agosto/20 a setembro/20	4
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivo 7		
<p>Detalhamento: Permanece a situação relatada anteriormente, a qual segue replicada adiante:</p> <p>Tendo em vista o deslocamento da CIMOS da Casa de Direitos Humanos para o prédio do Ministério Público de Minas Gerais, ficaram em suspensão as definições acerca do local onde se instalará a equipe da Coordenadora de Acompanhamento Metodológico e Finalístico. Todavia, ainda assim, foram realizadas compras de equipamentos, cuja intenção foi assegurar estrutura para as equipes, atualmente em trabalho remoto e, ainda, no intuito de garantir uma rápida retomada dos trabalhos presenciais, tão logo as autoridades sanitárias autorizem.</p> <p>Os equipamentos adquiridos foram emprestados aos funcionários do Projeto. A distribuição dos equipamentos foi feita em conformidade com a característica das atividades desenvolvidas por cada funcionário. Para controle dos mesmos, foram assinados protocolos de empréstimo, delegando aos colaboradores o dever de cuidado e uso adequado dos equipamentos.</p>		



Evidências de execução: Protocolos de empréstimos.

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)

Manter o diálogo com as IJs, aguardando a decisão quanto à retomada dos trabalhos na Casa dos Direitos Humanos. Enquanto isso, abriu-se diálogo com o Pró-Reitor de Extensão, solicitando a ele a cessão de uma sala na PROEX, para receber parte da equipe do Paraopeba. Após resposta positiva da instituição, foi planejada a retomada das atividades presenciais pela equipe contábil, a partir de dezembro.



Fase		
2.9 - Revisão do Plano de Trabalho da CAMF, em diálogo com as IJs e revisão de fluxos do acompanhamento financeiro e finalístico, em diálogo com a EY.		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Plano de Trabalho revisado/aprofundado	julho/20 a dezembro/21	4
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivo 7		
<p>Detalhamento: Tendo em vista a perspectiva de assinatura do Acordo entre o Estado de Minas Gerais e a Vale, esta atividade esteve suspensa durante o terceiro trimestre. A partir da elaboração dos Planos Operacionais Transitórios das ATIs, bem como os Planos Globais, foi possível dar início aos movimentos internos, no âmbito da CAMF, para retomada da revisão e reestruturação do Plano de Trabalho. Para tanto, foi estruturada uma comissão de revisão do Plano de Trabalho que vem sendo conduzida por docentes e técnicos, que se reúnem regularmente para organização deste. Cabe destacar que, em virtude do caráter interno para a elaboração do primeiro esboço, ainda não se realizaram encontros com as instituições parceiras. Todavia, tal diálogo se realizará em outra etapa do processo em questão.</p>		
<p>Evidências de execução: Memórias de reuniões da Comissão de Revisão do Plano de Trabalho da CAMF.</p>		
Situação	Em execução	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		
Permanecer realizando o acompanhamento contínuo da execução do plano de trabalho, com o registro dos itens que serão objeto de		



Pró-Reitoria de
Extensão



readequação.



Meta:	
Meta 3: Fluxos de trabalho e acompanhamento das assessorias técnicas	
Situação	Em execução

Fase		
<i>3.1 - Análise aprofundada dos planos de trabalho propostos para as cinco regiões e estudo dos territórios</i>		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Relatório de análise dos planos de trabalho	Junho/20 a agosto/20	14
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1, 3, 5 e 6		
<p>Detalhamento: Entre os meses de agosto e novembro de 2020, foi realizado o processo de revisão dos Planos de Trabalho originais apresentados pelas cinco assessorias técnicas. A revisão teve início com a elaboração e apresentação de um roteiro de análise às três equipes de referência. Este Roteiro dividia o processo de análise em etapas, que se organizaram tanto em relação à eficácia e eficiência dos projetos, quanto em relação às normativas de atuação previstas nos documentos públicos que regem as assessorias técnicas neste processo judicial (Termo de Referência, Edital de Chamamento Público, Termo de Compromisso e decisões judiciais).</p> <p>Em seguida, em reunião com as Instituições de Justiça realizada no dia 14 de outubro, novas diretrizes foram apresentadas para análise e revisão dos Planos, o que levou a aprimoramentos nas diretrizes e instruções encaminhadas às equipes de referência.</p> <p>Os planos de trabalho foram analisados, segundo o princípio da cooperação e da construção conjunta, e se baseou não em uma</p>		



análise efetiva de sua adequação, posto que já estava aprovado e operante no momento da análise, mas sim na busca por seu aprimoramento para o período subsequente de atividades.

Foi realizada, por parte das equipes de referência e da equipe contábil, uma leitura analítica dos Planos de Trabalho. Os pareceres produzidos não possuem caráter avaliativo, mas colaborativo, no intento de tecer considerações a respeito do documento apresentado pela Assessoria Técnica em vista de futuras revisões no Plano de Trabalho.

A metodologia dessa etapa foi composta por leitura individual, leitura e análise em grupo, reuniões, discussões e pesquisas sobre as ações do ponto de vista teórico-metodológico, tendo em vista a diversidade das ações que compõem as cinco regiões. Alguns documentos basilares para tal análise foram os Termos de Referência, o Edital de Chamamento Público, a Ata de Audiência do dia 05/03/2020 e a Nota Técnica da Assessoria Técnica Independente.

Em 16 de novembro de 2020, após a elaboração dos pareceres técnicos pelas Equipes de Referência e a sistematização, formatação e revisão pela Coordenação Técnica do Projeto, os relatórios foram finalizados e devidamente encaminhados.

Evidências de execução: Pareceres e análises dos Planos de Trabalho das ATIs, Roteiro para análise dos Planos de Trabalho

Situação

Concluída no primeiro trimestre

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
3.2 - Revisão semestral dos Planos de Trabalho junto às ATIs		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Relatório semestral dos Planos de Trabalho revisados	Outubro/20 a outubro/21	11
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1 e 5		
Detalhamento:		
<p>O relatório semestral dos Planos de Trabalho estava previsto para dezembro de 2020. Porém, com o início das discussões sobre o acordo entre Vale S.A e Estado de Minas Gerais, a partir de novembro de 2020, e as Assessorias Técnicas Independentes (ATI's), Instituições de Justiça (IJ's), Coordenação Metodológica e Finalística (CAMF) e pessoas atingidas, viu-se a necessidade de articulação e direcionamento para a nova conjuntura que se apresentava dentro do processo. Desse modo, a revisão dos Planos de Trabalho das ATI's foi momentaneamente paralisada com anuência das IJ's, bem como a revisão executada pela CAMF, reprogramada primeiramente para janeiro de 2020. Tendo em vista que a implementação do Acordo celebrado entre Vale, Governo de Minas Gerais e IJs inauguram uma nova etapa da reparação integral, foi identificada a necessidade de elaboração dos “Planos Operacionais Transitórios”, que consistem em documentos objetivos que balizam a atuação das ATI's, no período de transição de adequação às definições do Acordo, o qual se compreende entre os meses de março a julho.</p> <p>Seguindo a orientação do Termo Aditivo, elaborado após a realização do Acordo, os referidos planos deveriam conter,</p>		



necessariamente: (1) o cronograma inicial e simplificado das atividades relativas à implementação das demandas de participação informada prevista no Acordo Judicial; (2) a informação sobre quais atividades relativas ao Plano de Trabalho aprovado nos autos do processo n. 5010709-36.2019.8.13.0024 seriam ajustadas, possibilitando a realização de novas atividades pelas ATIs; (3) a descrição das atividades que se fizerem necessárias a partir das negociações do Acordo Judicial, incluindo as atividades relacionadas aos anexos 1.1; 1.2; 1.3 e 1.4 do Acordo Judicial; (4) a definição das ações necessárias para construção e entrega do Plano de Trabalho Global.

Foram realizadas reuniões entre as Equipes da CAMF e ATIs para planejar o processo de construção e entrega dos POTs. Suas primeiras versões foram entregues em abril de 2021, para as quais a CAMF emitiu um conjunto de pareceres, contendo sugestões de ajustes e complementação de informações, no dia 30 de abril de 2021. Após revisão dos mesmos, as ATIs entregaram a segunda versão no início de maio de 2021, tendo as equipes da CAMF emitido, então, os seus pareceres finais sobre a segunda versão dos POTs, ainda na primeira quinzena de maio de 2021.

Após a entrega dos POTs, junto de seus respectivos pareceres, para as IJs, foi solicitada a realização de um documento sintético a ser produzido pelas ATIs, no qual se demonstrassem esquematicamente as atividades que já haviam se desenvolvido até aquele momento e as que ainda se realizariam. Novamente, com o auxílio das equipes da CAMF, o documento foi confeccionado e entregue às IJs ainda em maio de 2021.

É importante ressaltar que as ATIs já se encontram no processo de elaboração do denominado “Plano Operacional Global”, que é o documento onde constam atividades referentes ao Processo e ao Acordo, que norteará as ações das Assessorias Técnicas após o processo de transição preconizado pelos POTs. A previsão é de que este novo Plano seja entregue pelas ATIs até o final de julho de 2021.



Pró-Reitoria de
Extensão



Evidências de execução: Pareceres do POT e Pareceres da Revisão do POT

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
3.3 – <i>Construção de um sistema de Monitoramento e Avaliação para acompanhamento das Assessorias Técnicas.</i>		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Reuniões com a equipe da CAMF	Julho/20 a agosto/20	19
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1 e 2		
Detalhamento:		
<p>De acordo com o plano de trabalho da Coordenação de Acompanhamento Metodológica Finalística:</p> <p>As equipes de referência formadas pelas articuladoras de campo, coordenação e extensionistas são responsáveis por referenciar as ATIs nos trabalhos de campo que envolvam o diálogo direto com as comunidades, como os de mobilização social; acompanhar o desenvolvimento cotidiano das ações no âmbito das três ATI's nos cinco territórios; participar dos eventos promovidos pelas entidades; produzir relatórios de campo; acompanhar, em conjunto com o professor(a) de referência, os(as) alunos(as) nos trabalhos de campo (PLANO DE TRABALHO CAMF, 2020, p.33).</p> <p>Dessa forma, as Equipes de Referência coletam parte dos dados que irão compor o sistema de monitoramento e avaliação. Por sua vez, a construção desse sistema é realizada pela Assessoria Temática Socioeconômica, enquanto as equipes de referência, durante a construção do instrumento de monitoramento de atividades em campo (Meta 3.4), discutem a possibilidade de compatibilidade do instrumento - que está em processo de transferência do word para o formulário do Microsoft, que será o sistema adotado pela CAMF-com o sistema.</p> <p>Tal processo é acompanhado pela coordenação técnica do Projeto Paraopeba, tendo em vista a necessidade de alinhamento da</p>		



construção da ferramenta de análise de dados. No âmbito da Universidade, também foi envolvida a Gerência de Tecnologia da Informação - PUC para alinhamento da infraestrutura e das ferramentas que serão utilizadas para tal finalidade.

Tendo em vista a perspectiva dos Planos Globais, bem como a construção dos POTs, no intuito de garantir um acompanhamento, também articulado, dos trabalhos realizados pelas ATIs, foi criada na CAMF, em maio, uma comissão de Monitoramento e Avaliação. Fazem parte desta, representantes da coordenação geral e técnica, das equipes de referências e da assessoria socioeconômica.

O ponto de partida para este trabalho foi a apresentação de um modelo/roteiro elaborado pela Assessoria Temática Socioeconômica contendo informações de atividades, instrumentos para monitorar e indicadores para medir - insumo, processo e resultado. Neste primeiro momento após discussões conceituais e metodológicas, as Equipes de Referência definiram os eixos a serem monitorados, a saber: (1) Promoção da Participação, (2) Governança, (3) Matriz de Danos, (4) Situações Emergenciais. A partir de então se propôs um levantamento, a ser realizado pelas equipes de referência, das atividades e meios possíveis de monitorar cada ATI.

No encontro posterior, foi apresentado o levantamento realizado por cada equipe, as discussões abordaram questões conceituais e de escolhas de métricas quantitativas e qualitativas.

No encontro seguinte, o debate se deu em torno da discussão de estratégias, formas e processos para monitoramento. Foram apresentadas possíveis variáveis e indicadores quantitativos e qualitativos e a necessidade de se monitorar cada ATI de acordo com as suas especificidades. Debateu-se, ainda, sobre ser mais adequado realizar a mensuração por processos ou resultados.

Assim, a criação da comissão de M&A foi um ganho para a reflexão de conceitos, estratégias e metodologias. Também uma ampliação do entendimento dos indicadores e o seu adequado uso para a realidade do trabalho. Como encaminhamento na última reunião, foi proposto o convite às ATIs para participarem das discussões e, além de promover os necessários alinhamentos entre as regiões,



contribuírem acerca das possibilidades para o monitoramento e avaliação dos trabalhos das Assessorias Técnicas.

Evidências de execução: Memórias de reunião.

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
3.4 – <i>Elaboração dos instrumentos de monitoramento das atividades em campo.</i>		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Instrumentos de monitoramento das atividades em campo (atendimento individual/familiar; reuniões de grupos de base; seminários e assembleias).	agosto/20 a setembro/20	2
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1, 2 e 5		
Detalhamento:		
<p>O instrumento de monitoramento das atividades em campo é o principal produto das equipes de referência. De agosto a novembro, fez-se uso do instrumento qualitativo produzido pelos coordenadores no período anterior à contratação das técnicas. Após diversas aplicações e analisando o quanto o instrumento era demasiadamente qualitativo - o que dificultava o preenchimento e a produção de informações mais objetivas, numa perspectiva transversal e comparativa - de dezembro a janeiro, foram realizadas reuniões entre as equipes de referência, algumas com a presença da assessoria socioeconômica, diversas outras com a coordenação técnica, para a discussão e construção do instrumento que melhor adequaria à realidade do trabalho de acompanhamento.</p> <p>Num primeiro momento, revisou-se todo o instrumento, considerando variáveis e categorias essenciais e as não essenciais que poderiam ser retiradas, discutiu-se o objetivo do instrumento, a estrutura, as possibilidades, surgiram-se necessidades de estudos de</p>		



indicadores, softwares e equipamentos. A equipe foi dividida em 3 grupos para trabalhar 4 partes do instrumento (identificação, introdução, metodologias, finalização). Tal processo se deu por meio da articulação de tarefas entre equipes de referência, coordenação técnica, assessoria temática em sócio economia e equipe de Tecnologia da Informação.

As principais perspectivas eram de se construir um instrumento capaz de coletar dados quantitativos e qualitativos, as metodologias, as estratégias, assim como apontar os problemas para melhoria do trabalho da ATI. Diversos foram e são os desafios encontrados na construção do instrumento, a saber: (1) dificuldade de se criar indicadores possíveis de medir metodologias e estratégias; (2) dificuldade de criar um instrumento objetivo (quantitativo e qualitativo) e capaz de coletar todos os dados necessários e (3) dificuldades de adequar diversas atividades em um instrumento.

Múltiplos foram os aprendizados decorrentes da construção desse produto-chave, como exemplo, enumera-se: (1) maior conhecimento do trabalho da ATI, por meio das análises dos instrumentos já aplicados que foram usados como base para construção das categorias do atual instrumento; (2) troca de procedimentos de trabalho entre as equipes e (3) conhecimento sobre o processo de monitorar e avaliar.

Em um terceiro momento (que inclui o período do finalístico anterior a este), foram realizados novos encontros, com a finalidade de compreender o trabalho de cada grupo, fazer considerações, modificações e dar um encaminhamento coletivo para o produto.

Após essas fases, em congruência com a formação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, foi discutida junto à Assessoria Temática Socioeconômica a construção de possíveis indicadores para acompanhar o trabalho das ATIs. Foi reforçada, então, a necessidade de completar o método qualitativo e quantitativo e, também, propostas alternativas de métricas, tais como números, índices



e taxas. Se refletiu sobre como monitorar e avaliar as metodologias de promoção da participação informada e foram enfatizados os desafios de operacionalizar as ações e a partir dos instrumentos criar indicadores objetivos.

Paralelamente, se construiu junto à equipe de T.I o processo de delimitação de uma plataforma para comportar os dados em questão. Neste processo foi apresentado o formulário, pensando coletivamente quais as possibilidades e funções que ele oferece. A partir de então, foram alinhados os ajustes de alguns tópicos do instrumento. Foram pensadas estratégias para o armazenamento das informações coletadas, considerada a necessidade de uma interface capaz de coletar dados off-line e carregar, posteriormente, na base de dados, o que se mostrou um limite para a plataforma apresentada pela equipe de TI da PUC em um primeiro momento. A partir de então, iniciaram-se os estudos de estratégias que viabilizassem a aplicação do questionário e posterior carregamento das informações sem a dependência de conexão à internet.

Ao passo que as equipes de TI da PUC e da CAMF estudavam as possibilidades, foi identificada a necessidade de novos ajustes no instrumento, de modo que o mesmo ficasse mais sintético e objetivo, este trabalho caminha paralelamente às demais ações para que o quanto antes o instrumento alcance a sua forma final.

Evidências de execução: Instrumento e manual de preenchimento

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
3.5 – Monitoramento das Assessorias Técnicas pelas equipes de referência		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Visitas em campo (1 a 3 vezes/semana) x 18 meses x 4 semanas x 3 equipes	Setembro/20 a fevereiro/22	167
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 2 e 5		
Detalhamento:		
<p>No mês de dezembro, iniciaram-se o planejamento e algumas atividades em campo. Todavia, em virtude do recrudescimento da pandemia, foi necessário interromper tal planejamento e manter o acompanhamento por meio de atividades online, conforme vinha-se realizando nos meses precedentes. A partir de março, entretanto, com o agravamento ainda maior da situação da Pandemia no país, ainda não havia sido possível pensar a retomada do trabalho de campo. Sendo assim, até o mês de maio as ações das ATIs foram realizadas e acompanhadas remotamente pelas Equipes de Referência da CAMF. É importante destacar que, ainda assim, a Assessoria Temática em Saúde segue trabalhando na revisão do Protocolo de Atividades de Campo da CAMF e ATIs para, tão logo seja possível, a retomada das atividades presenciais.</p> <p>Segue, adiante, o detalhamento de como se deram as ações de acompanhamento pelas Equipes de Referência da CAMF às suas respectivas ATIs:</p> <p>AEDAS</p> <p>As equipes de referência da CAMF são responsáveis por realizar o acompanhamento das atividades de campo desenvolvidas pelas</p>		



Assessorias Técnicas Independentes. Em diversas oportunidades, seja por meio informal como Whatsapp ou outras formas de comunicação, como reuniões interinstitucionais e e-mails diretos, solicitou-se com frequência a ampliação do fluxo de comunicação/informações e o envio da agenda de atividades desenvolvidas pela AEDAS nas comunidades atingidas.

No período do relatório aqui desenvolvido, o diálogo entre a equipe de referência e os pontos focais da ATI foi constante e permanente, o que possibilitou o acompanhamento exponencial de atividades coletivas. Ressaltamos a potencialidade desse diálogo assíduo, para promoção de uma atuação eficaz e de qualidade. Continuamos reforçando junto à AEDAS sobre a necessidade de encaminhamento recorrente dos cronogramas, para promover a organização da equipe de referência com antecedência. Objetivamos sempre acompanhar o maior número de ações possíveis e absorver informações que possam subsidiar análises assertivas e diretas.

De posse da listagem de possibilidades de atividades semanais, a equipe de referência se organizou para acompanhar os espaços de reuniões realizados pela AEDAS durante o período de referência do presente relatório. A equipe de referência acompanhou um total de:

- Quatro Lives Gerais – sendo elas: Live Geral de toda Bacia sobre o Programa de Transferência de Renda; Live para regiões 1 e 2 sobre Oficina de Projetos; Live Apresentação do pacote de resposta rápida para fortalecimento e implementação de serviços públicos emergenciais para toda Bacia; Live de Devolutiva do Programa de Transferência de Renda.;
- Grupos de Atingidos e Atingidas – 35 reuniões no âmbito virtual, sendo 17 encontros de comunidades da região 2, e 18 encontros da região 1;



- Rodas de Diálogo - 8 reuniões no âmbito virtual, sendo 4 encontros de comunidades da região 1, e 4 encontros na região 2;
- Reunião de Conselheiros - 14 reuniões no âmbito virtual, sendo 9 na região 1, e 5 na região 2.

Durante o acompanhamento das reuniões com a presença de atingidos e atingidas, as técnicas da CAMF realizam o registro da atividade no instrumento de acompanhamento de campo. Foram inseridas informações objetivas como data, horário, local, número de participantes, descrição qualitativa da ação etc. Além disso, no mesmo instrumento, foi realizada uma análise crítica do espaço/encontro, observando o desenvolvimento da ação, o contexto da comunidade envolvida na reunião, dentre outros aspectos relevantes.

As informações e análises realizadas a partir das atividades de campo, congregadas às trocas e diálogos realizados com equipe técnica da AEDAS, formaram a base do acompanhamento do trabalho de campo. Destaca-se aqui o caráter contínuo da atividade em questão, considerando que o acompanhamento e monitoramento das atividades de campo devem ocorrer ao longo de todo o projeto, enquanto a assessoria estiver nas comunidades atingidas, seja de modo virtual ou presencial

NACAB

A equipe de referência da região 3 tem realizado o acompanhamento das atividades coletivas que o NACAB organiza junto às pessoas atingidas. O contato com a ATI é realizado de forma direta, com o fluxo de agendas sendo compartilhado, via mensagens de e-mail e aplicativo *WhatsApp*, ou mesmo em reuniões periódicas em que a equipe de referência participa ou que são organizadas pela equipe de



referência com os escritórios da assessoria.

Durante o período que cobre este Relatório, foram acompanhadas 25 atividades coletivas. Foram espaços organizados pelo NACAB com a finalidade de discutir, principalmente, demandas que são desdobramentos do Acordo. Em março, a ATI R3 realizou, junto às IJs, uma reunião para esclarecimentos de dúvidas sobre o Acordo, espaço onde participaram diversas comunidades atingidas da região 3. A partir de então, iniciou-se as rodadas de consulta para a construção do Programa de Transferência de Renda - PTR e as reuniões de formação sobre políticas públicas junto às comissões de atingidos, visando a construção qualificada de projetos de demanda das comunidades para os municípios atingidos, como se propõe no anexo 1.3.

Paralelo às ações desenvolvidas pelo NACAB relacionadas ao Acordo, também foi possível realizar o acompanhamento de espaços coletivos com a finalidade de informar as pessoas atingidas sobre o planejamento de pesquisas sociodemográficas e socioambientais para subsidiar a construção da Matriz de Danos. As reuniões foram de caráter informativo e mobilizador, para discutir a importância da coleta de informações para a defesa dos direitos das pessoas atingidas no processo de reparação.

Além desses espaços organizados pelo NCAB, também foram acompanhadas 3 reuniões transmitidas - *lives*, comuns a toda a Bacia, para discussão e apresentação de proposições sobre o Acordo.

GUAICUY

A equipe de referência que acompanha as áreas 4 e 5 tem estabelecido um fluxo próprio e dialógico junto ao Instituto Guaicuy, por



meio de contato direto para acesso de agendas e resoluções cotidianas do trabalho, bem como por e-mails para formalizações de reuniões com a ATI. Desse modo, criou-se uma organização que viabiliza os acompanhamentos das atividades coletivas, como Núcleos Comunitários e Rodas de Conversa Temáticas, além de reuniões de formação internas da ATI e acompanhamentos de reuniões com a EY. No período deste finalístico, os acompanhamentos foram intensos em função das atividades relacionadas aos Anexos 1.2 e 1.3 do Acordo Judicial entre a Vale S/A e o Estado de Minas Gerais.

- Reuniões com Ernest & Young (EY):

São divididas em duas modalidades: (1) acompanhamento da tabela da matriz de ações e (2) status; ao todo foram onze (11) reuniões. As reuniões de status têm frequência semanal, tendem a ser curtas e direcionadas à discussão financeira, desse modo a equipe financeira (contábil) tem a principal atuação nesses encontros. As articuladoras de campo acompanham com a finalidade de entender as possíveis mudanças de rubrica, atrasos do trabalho e questão orçamentária, para que a relação entre as áreas de atuação da equipe de referência (financeira e metodológica finalística) seja coesa. As reuniões de acompanhamento da tabela de matriz de ações acontecem regularmente na primeira quinzena do mês. São reuniões com as coordenações de todas as áreas de atuação do Instituto Guaicuy, em que são analisadas atividades por atividades, relacionadas a mudança de status e apresentação de evidências. A participação da equipe de referência consiste em acompanhar de forma aproximada as estratégias encontradas pelas equipes da ATI para a execução do trabalho e como se dá essa relação com a EY, ao mesmo tempo que é possível situarmos os nossos acompanhamentos de campo, dentro do aspecto burocrático, o que possibilita uma análise relacional de atuação entre as equipes do Instituto Guaicuy. Ressaltamos que, devido ao crescente fluxo de reuniões após assinatura do Acordo, a equipe de referência reavaliou a participação nessas reuniões de



acompanhamento junto à EY, considerando que a partir do vínculo já estabelecido com a ATI, e com procedimentos próprios para acompanhamento, é possível a compreensão e análise da área finalística, assim não será necessário participar de todas as reuniões com a Auditora.

- Reuniões com toda a Bacia do Paraopeba:

Reuniões amplas com a participação de toda a Bacia do Paraopeba, das ATI's, IJs e CAMF. A Equipe de Referência assume um lugar de acompanhamento e monitoramento e participou de duas (02) reuniões direcionadas ao Anexo 1.2 - Acordo sobre o Programa de Transferência de Renda. Sendo, a (1) Live Projeto Paraopeba - “Programa de Transferência de Renda” explicações iniciais, e a (2) Devolutiva de consultas sobre o Programa de Transferência de Renda. O acompanhamento dessas lives e reuniões, pela equipe de referência, teve a função de agregar, a partir de uma perspectiva mais ampla com a presença de mais atores, além de pessoas atingidas de toda a Bacia do Paraopeba, as bases para discussão e análise situacional por região.

- Acompanhamentos de atividades: Núcleos Comunitários e formações internas:

Os acompanhamentos das atividades coletivas elaboradas pelo Guaicuy, como os Núcleos Comunitários, metodologia de reuniões sistemáticas com comunidades mapeadas e as Rodas de Conversa Temáticas, no período deste relatório trimestral, foram ao todo para as áreas 4 e 5, setenta e oito (78) reuniões acompanhadas com aplicação do Instrumento de Acompanhamento, que consiste num documento padrão entre todas as equipes de referência da CAMF para registro da atividade, por um viés descritivo, analítico e metodológico. As nucleações possuem frequência mensal, sendo uma metodologia participativa norteadora na atuação da ATI. Nesses



espaços é possível observar e identificar aspectos importantes sobre a participação e comunicação informada, bem como a eficiência e efetividade da metodologia aplicada. No período também foi possível acompanhar duas (02) reuniões de formação interna, uma de viés organizativo e outra sendo organizada através de simulações para as reuniões com atingidos. Esse formato específico tinha o objetivo de preparar as equipes para as consultas do Anexo 1.2 do Acordo, estabelecendo o modelo concreto da reunião e projetando as possíveis intervenções e desafios que poderiam surgir durante o encontro.

Esse período de março, abril e maio representou um aumento significativo do fluxo de reuniões e redefinições do escopo de acompanhamento da Equipe de Referência, reforçando o contato mais direto e articulado com a ATI, por meio de procedimentos dialogados e de comum acordo.

Evidências de execução: Instrumentos de acompanhamento de atividades preenchidos e prints dos encontros

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
3.6 – <i>Diálogo permanente com as ATIs</i>		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Reuniões regulares das equipes de referência com as ATIS	Julho/20 a fevereiro/22	78
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 2 e 5		
Detalhamento:		
<p>Assim como se demonstra no item anterior, o diálogo permanente com as ATIs tem se dado principalmente por meio das equipes de referência. Dadas as particularidades de cada ATI, tal como as regiões por elas abrangidas, diferentes foram os desafios e as estratégias formuladas pelas equipes de referência, conforme apresenta-se adiante, sob a perspectiva de cada uma das equipes.</p> <p>AEDAS</p> <p>Ao longo dos três meses, ocorreram 18 encontros diretos com a AEDAS que contribuíram para o desenvolvimento e alcance da meta. Destacamos, também, a nossa participação e acompanhamento assíduo nas reuniões semanais entre AEDAS e EY (14), buscando entender demandas, rubricas, comprovações e quaisquer questões que possam resultar em problemáticas na execução finalística dos projetos da ATI.</p> <p>As reuniões diretas com a AEDAS, deste trimestre, foram iniciadas em 8 de março, dando continuidade a uma proposta de fluxo de comunicação, por meio das equipes técnicas e das referências das coordenações. Essa questão foi bastante reforçada pelo grupo</p>		



CAMF, que expôs, constantemente, a necessidade de repasses de informações para que o acompanhamento metodológico e finalístico seja realizado da melhor maneira possível. Em todas as reuniões, foi solicitado para AEDAS a abertura e compartilhamento das agendas de atividades desenvolvidas pela ATI nos territórios atingidos.

O Relatório Finalístico Trimestral desenvolvido pela AEDAS foi o fio condutor de inúmeros debates desenvolvidos no período supracitado. Foram realizados encontros com: equipe de Comunicação, equipe de Mobilização, equipe de Áreas Temáticas, equipe de Gestão de Informação, equipe de Diretrizes de Reparação Integral, Equipe de Saúde e coordenações estaduais/gerais. As reuniões foram desenvolvidas e organizadas, tanto no período anterior à entrega da ATI, quanto em momentos posteriores ao envio da documentação e, conseqüentemente, da nossa análise sobre o mesmo. Houve tentativas constantes de solucionar dúvidas e preencher lacunas de informações, que pudessem contribuir para um estudo mais assertivo do documento.

Além disso, promovemos reuniões de exposição de dados e aspectos dos nossos estudos de acompanhamento metodológico. Repassamos com a ATI os pontos positivos e negativos, observados durante a realização de diversas atividades e ações coletivas. Propomos algumas possibilidades de aperfeiçoamento e reforçamos a necessidade de estreitar vínculos de diálogos.

Outro foco de debate e motivador de reuniões entre a equipe CAMF e a ATI foi a execução e os desdobramentos do acordo entre a Vale, o Estado de Minas Gerais e as IJs. Acompanhamos as preocupações de técnicos e coordenadores da AEDAS, no que diz respeito aos impactos dessa conclusão para as comunidades atingidas. Além disso, acompanhamos de perto os desenvolvimentos referentes à construção do Plano Operacional Transitório. Atuamos de maneira estreita com as equipes de coordenação da ATI, repassando



orientações metodológicas e discutindo abordagens técnicas. Foram reuniões periódicas, cuja funcionalidade era orientar para potencializar o trabalho de todos os envolvidos. A equipe CAMF se dedicou a estudar e compreender as novas atribuições da AEDAS e o novo contexto instaurado nas regiões atingidas assessoradas. O diálogo foi permanente e necessário, objetivando sempre produzir um diálogo assertivo e um acompanhamento metodológico e finalístico adequado.

NACAB

No trimestre correspondente, foram realizadas 37 reuniões entre a equipe de referência e o NACAB. De periodicidade semanal, a equipe de referência da região 3 mantém agenda com as equipes que compõe a Gerência de Participação e as equipes alocadas nos três escritórios de campo do NACAB. Nessas reuniões se faz possível acompanhar, de forma mais próxima, o planejamento metodológico das ações desenvolvidas em campo, junto às pessoas atingidas, bem como as trocas e diálogos sobre desafios, avanços e pontos de atenção referentes ao trabalho realizado pela assessoria.

O acompanhamento das reuniões do NACAB com a auditoria EY também tem sido realizado, semanalmente, e se concretiza enquanto um espaço onde se faz possível uma maior compreensão dos processos e dos fluxos de trabalho estabelecidos pela auditoria com a assessoria.

De periodicidade mensal, a equipe organiza espaços específicos com cada um dos escritórios da ATI R3, para a apresentação de contribuições e observações metodológicas construídas e analisadas a partir dos acompanhamentos das atividades coletivas. Nestes espaços, também se faz possível o compartilhamento, por parte das equipes de analistas de campo, de informações sobre atividades que



a equipe de referência não acompanhou, como algumas inserções de trabalho em campo presencial, sínteses sobre demandas, contexto das comunidades atingidas e também informações sobre atividades de planejamento e gestão. São informações muito importantes para que a CAMF possa ter uma leitura mais global das atividades realizadas pela ATI, além de oferecerem subsídio para análises e pareceres que são desenvolvidos pelas equipes de referência. Também de periodicidade mensal, a equipe de referência acompanha as reuniões entre a assessoria financeira da CAMF e a equipe contábil e financeira do NACAB.

Além das reuniões previamente agendadas, também foram realizadas reuniões a partir das demandas de trabalho, como reuniões de caráter formativo para as equipes de campo do NACAB, como as formações sobre o Programa de Transferência de Renda. Também foram realizadas reuniões para organização da demanda sobre o Relatório Trimestral Finalístico da ATI, referente ao período de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, e reuniões para discutir o conteúdo do Plano Operacional Transitório, produtos das ATIs sobre os quais a CAMF emite pareceres analíticos.

Atividades de planejamento interno, como reuniões com as gerências responsáveis pelo Diagnóstico de Caracterização das Famílias e Levantamento de Danos Socioeconômicos, Socioambientais, Psicossociais e Culturais, e reuniões com as empresas BHS e CP2, contratadas para desenvolverem produtos específicos, dispostos nos Planos de Trabalho da ATI, como a aplicação da pesquisa socioeconômica e a construção de sistemas de gerenciamento de informações internas e externas, para as comunidades atingidas, também foram acompanhadas. A possibilidade de acompanhamento dessas atividades internas e gerências da ATI se mostra como uma nova frente de trabalho, uma vez que a partir desse processo é possível acompanhar e discutir em conjunto as estratégias construídas



pela ATI para cumprir com os objetivos dos produtos propostos.

Cabe ressaltar que, além dos espaços de diálogo entre as equipes de referência e a ATI em reuniões, também são estabelecidos contatos via aplicativo de mensagens instantâneas, ligações telefônicas e e-mail.

GUAICUY

A equipe de referência tem estabelecido um diálogo direto e diverso, que envolve contato frequente, com um fluxo semanal e em muitos casos diários, por meio de ligações, mensagens pelo *WhatsApp*, bem como por e-mails para formalizações de reuniões com a ATI. Esses diversos formatos otimizam a relação e troca de informações, favorecendo uma interlocução mais qualificada. Realizou-se, no período desse finalístico, dez (10) reuniões de diálogo da equipe de referência da CAMF com a assessoria técnica Instituto Guaicuy. Essas reuniões, aqui denominadas de narrativas coletivas, reforçam o vínculo com os técnicos, assim como proporcionam a coleta e entendimento dos dados de forma eficiente.

As reuniões nesse período podem ser divididas em dois momentos: (1) temática do finalístico e Plano Operacional Transitório (POT), e (2) temática acompanhamento de campo. As reuniões com a temática do finalístico, serviram para apresentação da planilha de ações finalísticas da ATI e esclarecimentos pela equipe de referência de muitas inconsistências, como os indicadores utilizados, as macroações de determinadas equipes, as justificativas e as observações para cada atividade. Considerando os prazos de entregas dos relatórios finalísticos da ATI, estabeleceu-se reuniões com as gerências da ATI, a fim de firmar procedimentos de trabalho e constância de diálogos sobre as ações executadas e em execução pela ATI, com a finalidade de trazer maior nitidez para as nossas análises e de



forma articulada e coesa com o Instituto Guaicuy.

Quanto ao POT, as reuniões tinham a perspectiva para alinhamento e orientação metodológica para a elaboração e análise de parecer sobre o Plano. Em algumas dessas reuniões, houve a presença do técnico de referência do financeiro da CAMF, que também expôs dúvidas e apontou as inconsistências de dados financeiros.

As reuniões com a temática de acompanhamento de campo consistem em estratégias de aproximação e diálogos com as coordenações técnicas de campo das áreas 4 e 5, como momento de escuta da ATI sobre os desafios e dificuldades do trabalho, sobretudo em meio remoto. O compartilhamento e a devida escuta, além da apresentação das experiências das equipes de campo, possibilitam à equipe de referência estabelecer parâmetros e medir as perspectivas dos acompanhamentos das atividades coletivas. Diante do exposto, se torna possível compreender de forma mais qualificada as especificidades de cada região e como esse fator impacta diretamente no trabalho da ATI. Em reuniões com a equipe responsável pelo DFIPA, as discussões sobre o banco de dados e dúvidas acerca de questões orçamentárias, em função das diferenças entre as regiões 4 e 5, possibilita entender as dificuldades impostas pelo cenário, a eficiência da consultoria contratada, a realidade das áreas 4 e 5 e principalmente estabelecer um fluxo de trabalho mais próximo dessa equipe.

Foi desafiador dialogar com as equipes e compreender os desafios do campo que estão inseridas, mas também foi um grande ganho para os procedimentos de trabalho da Equipe de Referência, pois, com essas reuniões, conseguiu-se um contato mais próximo com os coordenadores de campo, estabeleceu-se um fluxo de agenda semanal, relatórios e atas de campo (no período deste



relatório, a maioria das atividades estava ocorrendo de forma presencial, como não foi possível acompanhar, obteve-se o acesso às atas). Dessa forma, nos últimos três meses, apesar de todas as dificuldades do cenário, a relação com a assessoria técnica se solidificou, alcançando dessa forma a meta 3.6.

Cabe destacar que também participam do processo aqui apresentado a Equipe Financeira, que realiza acompanhamento cotidiano junto a cada ATI, para garantir as melhores orientações naquilo que se refere à utilização dos recursos e preparação para a auditoria.

Evidências de execução: Memórias de reuniões

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
3.7 – Criação de espaços de diálogos técnicos e metodológicos sobre diversas temáticas afetas ao processo de reparação integral, na expectativa de compartilhamento das experiências e dos produtos técnicos		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Reuniões semanais da CAMF com todas as ATIS.	junho/20 a fevereiro/22	73
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1, 2, 5, 6 e 7		
<p>Detalhamento: A instância geral de diálogo desenvolvida no decorrer dos últimos meses foi o espaço de reunião semanal entre Assessorias Técnicas Independentes e Coordenadora de Acompanhamento Metodológico, eventualmente, também contando com a presença das Instituições de Justiça. Este espaço, no estágio atual em que se encontram as atividades, teve o objetivo fundamental de organizar e planejar a execução de demandas referentes aos desdobramentos do Acordo entre Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça.</p> <p>Os principais espaços de diálogo entre CAMF e ATIs, que se desdobraram no referido período, dizem respeito a processos atinentes à execução do Acordo, quais sejam:</p> <p>GT – Programa Transferência de Renda</p> <p>GT – Povos e Comunidades Tradicionais</p> <p>Grupos de discussão a respeito dos anexos I.1, I.3 e I.4.</p> <p>GT – Situações emergenciais</p>		



GT – Banco de Dados Compartilhado

Os espaços de diálogo técnico e metodológico junto às instituições de justiça e assessorias técnicas são promovidos e coordenados pelas coordenações geral e técnica do projeto. As equipes de referência possuem divisão interna para distribuição e acompanhamento destas atividades. Tal divisão foi proposta como forma de otimizar a participação das equipes de referência nestes espaços. Também se encontram nesses espaços outras equipes do projeto em interlocução com as ATIs e outros atores envolvidos nas ações de reparação integral.

No que tange a atuação da equipe jurídica da CAMF junto às ATIs, emergem demandas jurídicas internas de cada assessoria, com o objetivo de aperfeiçoar as atividades dimensionadas no Plano de Trabalho. Por meio de reuniões convocadas ou de atendimentos via e-mail/WhatsApp, a equipe jurídica atendeu às ATIs em circunstâncias pontuais, contribuindo com a construção de pareceres ou notas técnicas, tais como os que se apresentam a seguir:

- Alteração das rubricas orçamentadas;
- Acompanhamento na construção do Regulamento do Banco de Dados e orientações acerca das normas de compartilhamento de informações;
- Alteração da estrutura organizacional dos colaboradores;
- Construção do Termo Aditivo;
- Auxílio na redação do POT;
- Parecer sobre alteração das normas técnicas periciais;
- Estudo sobre a aglutinação das chamadas/subprojetos;



- Acompanhamento, via grupo de WhatsApp com representantes de todas as equipes jurídicas das ATIs, das decisões proferidas nos procedimentos;
- Redação de texto único com todos os quesitos juntados aos autos.

Cabe destacar, ainda, que este acompanhamento é sempre mediado pelas Coordenações da CAMF, ou por suas Equipes de Referência.

Evidências de execução: Memórias de reuniões

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
3.8 – Avaliação ampliada da experiência das ATIs de atingidos por grandes empreendimentos		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Seminários nacionais e internacional envolvendo comissões de atingidos, assessorias técnicas, instituições de justiça e instituições de ensino	dezembro/20 a fevereiro/22	4
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 5 e 7		
Detalhamento:		
<p>Embora em um primeiro momento estivessem planejadas a realização de seminários acadêmicos, foi constatada a potência desse instrumento para o compartilhamento de informações fundamentais para se pensar na reparação integral dos danos. Levando em conta os desafios impostos pelo recrudescimento da Pandemia, as lives se apresentaram como espaço possível para a transmissão de informações e esclarecimento às dúvidas de atingidas e atingidos da bacia do rio Paraopeba. Embora haja reconhecidas limitações, tendo em vista a restrição de acesso à internet em várias comunidades ao longo da bacia, entende-se a relevância deste espaço como um primeiro passo para a propagação de informações e debates relevantes.</p> <p>No momento, encontra-se em preparação, pela CAMF e pelas ATIs, a realização do seminário virtual Pesca Artesanal no Rio Paraopeba, com previsão de participação de atingidas e atingidos, ATIs, Comitê de Compromitentes, Governo do Estado e CAMF.</p>		
Evidências de execução: Memórias de reuniões e lives		



Pró-Reitoria de
Extensão



Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
3.9 – Análise do POP com definição de treinamentos às ATIs com vistas a atender as demandas da empresa EY.		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Atividades de acompanhamento referentes ao POP (leitura, definição dos temas objeto do treinamento, realização do treinamento).	Junho/20 a agosto/20	0
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 3 e 4		
<p>Detalhamento: Foi realizada análise aprofundada do POP, como primeira etapa do planejamento das atividades de treinamento das ATIs. Existe ainda a percepção, por parte da equipe, que tal treinamento deve se estruturar sob uma perspectiva multidisciplinar. Todavia, considerando o momento em que se prioriza a construção dos POTs e Planos Globais, há o entendimento que tal demanda deve ser cumprida em momento posterior, a partir de parâmetros e definições mais bem elucidadas.</p>		
Evidências de execução:		
Situação	Não executada	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		
<p>Não houve o cumprimento integral da ação, uma vez que desde dezembro as equipes estão engajadas em atividades relacionadas à celebração do Acordo entre Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça.</p>		



Fase		
3.10 – Acompanhamento das solicitações da EY às ATIs.		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
A CAMF, junto às IJs acompanha o cumprimento das solicitações pelas ATIs	junho/20 a fevereiro/22	29
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 3 e 4		
<p>Detalhamento: Este acompanhamento se dá por meio das reuniões de atualização semanal entre ATI e EY, bem como por meio do acesso ao sistema do CANVAS da EY e/ou outra ferramenta de comunicação e upload de arquivos, a qual a empresa de auditoria disponibiliza às ATIs. Há também o acompanhamento das trocas de mensagens eletrônicas em que a equipe é copiada, permitindo o acompanhamento mais próximo das ATIs, frente às demandas da EY.</p>		
<p>Evidências de execução: Memórias de reuniões.</p>		
Situação	Em execução	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		



Fase		
3.11 – <i>Preparação da documentação suporte para prestação de contas.</i>		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Orientações às ATIS, mensalmente, da organização da documentação suporte, com sugestões para melhoria do controle interno. (19 meses x 3 ATIs)	agosto/20 a fevereiro/22	5
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivo 3		
<p>Detalhamento: É solicitada às ATIs a apresentação da documentação para prestação de contas com antecedência necessária para análise, antes que a mesma siga fluxo de envio à EY. Entretanto, esse prazo não tem sido seguido regularmente. No período de março a maio de 2021, as ATIs realizaram os trabalhos e aplicaram recursos enquanto aguardavam a aprovação dos POTs. Ao longo desse período, os espaços para consecução da presente meta foram as reuniões entre a Assessoria Financeira e Assessorias Técnicas Independentes.</p>		
Evidências de execução: Memórias de reuniões e apresentação de slides		
Situação	Em execução	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		



Fase		
3.12 – <i>Elaboração e preparação para execução do Plano de Asseguração Individual (PAI) de cada ATI</i>		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Orientações às ATIs sobre a elaboração dos PAIs.	agosto/20 a fevereiro/22	0
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 3 e 4		
Detalhamento: O PAI, até o momento, não foi apresentado pela EY.		
Evidências de execução: Memórias de reuniões		
Situação	Não executada	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		
O PAI, até o momento, não foi apresentado pela EY. Durante o processo de preparação do PAI, são mantidos diálogos constantes, buscando manter constante alinhamento entre CAMF, ATIs, IJs e EY.		



Fase		
3.13 – Acompanhamento das ATIs junto à EY em visitas técnicas		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Participação em visitas técnicas, quando houver.	agosto/20 a fevereiro/22	0
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivo 3		
Detalhamento: Não foi agendada e realizada nenhuma visita, em virtude da não autorização pelas autoridades sanitárias, devido à pandemia da COVID-19.		
Evidências de execução: Memórias de reuniões		
Situação	Não executada	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		
Não houve atividade presencial que tenha demandado a equipe contábil em campo, uma vez que as atividades de campo foram bem pontuais.		



Fase		
3.14 – Análise dos relatórios de prestação de contas das ATIs à EY		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Relatórios mensais por região	agosto/20 a fevereiro/22	14
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 3 e 4		
<p>Detalhamento: No período entre março e maio de 2021, as ATIs realizaram os trabalhos e aplicaram recursos, enquanto aguardavam a aprovação dos orçamentos dos POTs. Todavia, precisaram repensar algumas ações enquanto tal aprovação não era obtida. Por essa razão, tendo em vista a falta de um orçamento aprovado que fundamentasse as análises, a Equipe Financeira entendeu haver a necessidade de suspensão da emissão de pareceres mensais de prestação de contas. Todavia, a equipe seguiu engajada em contribuir com sugestões e recomendações de melhorias, priorizando os espaços de reuniões com as Assessorias Técnicas Independentes para manter o necessário acompanhamento.</p>		
Evidências de execução: Relatórios Técnicos		
Situação	Em execução	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		
Seguem no mês corrente os relatórios ainda não encaminhados no finalístico anterior, conforme previsto naquele documento.		



Fase		
3.15 – Avaliações semestrais dos relatórios finalísticos das ATIs às IJs		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Relatórios semestrais (4 relatórios x 5 regiões)	outubro/20 a fevereiro/22	0
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 3, 4 e 6		
<p>Detalhamento: Para a efetivação desta demanda, é necessário que se complete um ciclo de entrega de dois finalísticos das ATIs, consideradas as respostas da auditoria. Sendo assim, ainda não foi possível a sua realização. Tão logo se tenha tal resposta, a ação será cumprida.</p>		
Evidências de execução:		
Situação	Não executada	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		
<p>Não executado, pois não houve retorno da EY a respeito dos pareceres da CAMF acerca dos relatórios das ATIs. Tão logo se tenha tal resposta, a ação será cumprida.</p>		



Fase		
3.16 – Criação de um sistema para a armazenagem/gestão de referências bibliográficas e documentais		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Banco/Repositório	agosto/20 a setembro/20	2
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 5 e 7		
<p>Detalhamento: A criação de um banco/repositório com documentos e referências bibliográficas é essencial para dar base ao acompanhamento e aos estudos de documentos, de notas técnicas, de protocolos, entre outros. Em um primeiro momento, foi criado um diretório no Dropbox para suportar os documentos importantes do processo, que servem de base para a orientação das ações do Projeto. Atualmente, estão disponíveis documentos referentes à ação judicial, produzidos pelos diversos atores, além das atas de audiência e das chamadas da UFMG. À medida que as demais equipes da CAMF precisaram, foram abertas outras pastas em diretórios como google drive.</p> <p>Tendo em vista a intenção de trabalhar com um espaço de armazenamento maior e, ainda, de modo a viabilizar o compartilhamento dos arquivos em um conjunto de diretórios interligados, está em processo de implementação o Gerenciador Eletrônico de Documentos (GED). Este dispositivo também servirá de suporte para o Banco de Dados Compartilhados. Tendo em vista, ainda, o desenvolvimento do site da CAMF, existe a perspectiva de um repositório de documentos referentes ao processo, bem como a disponibilização de produções construídas no âmbito da CAMF, com vistas a garantir não somente a divulgação, mas também o fortalecimento do trabalho das Assessorias Técnicas aos atingidos.</p>		



Pró-Reitoria de
Extensão



Evidências de execução: Prints do banco/repositório e memórias de reunião com GTI

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)

Prosseguir alimentando o banco de dados com novos materiais.



Fase		
3.17 – Alimentação e manutenção do repositório – contendo produções acadêmicas.		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Banco/Repositório	setembro/20 a fevereiro/22	1
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 5 e 7		
<p>Detalhamento: Trata-se de uma atividade processual que se realiza na medida em que são produzidos e compartilhados novos arquivos. Atualmente, os principais arquivos compartilhados são os textos utilizados no grupo de estudos com os extensionistas. A partir do momento em que o GED estiver disponível (previsão para julho/21), será realizado o trabalho de compilação dos documentos nesse espaço.</p>		
<p>Evidências de execução: Prints do banco/repositório</p>		
Situação	Em execução	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		



Fase		
3.18 – Assessoramento para as ATIs na construção de quesitos para prova pericial		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Reuniões	junho/20 a fevereiro/22	1
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1, 2 e 7		
<p>Detalhamento: Tendo em vista o processo de aglutinação e extinção de chamadas do CTC, as ATIs e a CAMF produziram nota técnica argumentando em favor da relevância dos subprojetos do CTC para o processo de reparação de Danos. A elaboração da nota técnica contou com a contribuição das Assessorias Técnicas, Equipe Jurídica e Coordenação Técnica da CAMF.</p>		
<p>Evidências de execução: Nota técnica.</p>		
Situação	Em execução	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		



Fase		
3.19 – <i>Proposição de novos critérios para identificação dos atingidos no que se refere ao pagamento emergencial</i>		
Unidade	Qtd. Evidências	
Reuniões	Junho/20 a setembro/20	3
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1, 2 e 7		
Detalhamento: Além de já ter sido executada no segundo trimestre, os desdobramentos da atividade também se extinguiram a partir da celebração do Acordo, visto que, em seu lugar, foi implementado o Programa de Transferência de Renda.		
Evidências de execução: Documentos chave referentes ao processo que se realizou nos três primeiros trimestres		
Situação	Executado apenas até o terceiro trimestre	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		



Fase		
3.20 – Monitoramento das ações das ATIs frente ao impacto da COVID-19 no processo de reparação dos danos aos atingidos.		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Reuniões regulares para o acompanhamento das ATIs no diálogo com os atores envolvidos no processo de reparação dos danos aos atingidos no contexto da pandemia de COVID-19.	Junho/20 a fevereiro/22	2
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1 e 7		
<p>Detalhamento: Desde o mês de agosto de 2020, foram estabelecidas as diretrizes acerca da atuação das equipes durante a Pandemia. Mantiveram-se atentas aos dados epidemiológicos a equipe de saúde da CAMF, bem como as equipes das ATIs, de modo que se pudesse planejar com o menor risco possível as idas a campo. O agravamento da situação da Pandemia até o mês de maio impediu, entretanto, que a retomada das ações em campo se desse no tempo previsto. Sendo assim, ao longo do último trimestre, realizou-se a atualização do Protocolo construído pela CAMF em parceria com as ATIs, entendendo que tão logo fosse possível a retomada se desse de forma ágil, entendendo haver urgência para a execução desse acompanhamento <i>in loco</i>.</p> <p>Nesse contexto, cabe destacar que a Pandemia de COVID-19 impactou de forma significativa e contundente o trabalho de todas as assessorias técnicas independentes envolvidas no Paraopeba. Os Planos de Trabalho de AEDAS, NACAB e GUAICUY foram</p>		



desenvolvidos e sedimentados para a implementação de atividades presenciais. Entretanto, com a declaração do estado de pandemia do COVID-19, em 11 de março de 2020 e as posteriores imposições de medidas de distanciamento social e saúde pública, as ATIs tiveram suas estruturas operacionais e organizacionais completamente impactadas.

Partindo desse contexto, é possível afirmar que AEDAS, NACAB e GUAICUY enfrentaram desafios constantes desde o prelúdio de seus trabalhos. É importante compreender, acima de tudo, a problemática de executar ações e atividades, majoritariamente, em formato remoto, em um contexto de sofrimento e caos perpetrado por um desastre sócio tecnológico. Apesar da compreensão da situação alarmante da pandemia em todo Brasil, a presença fixa, recorrente e invasiva da Vale e suas respectivas obras, nas cinco regiões assessoradas, gera revolta, desalento e angústia na população atingida, como foi possível observar em diversas ocasiões.

Em um curto período, no qual os índices de contaminação da COVID-19 no país descenderam – ainda que por causa de subnotificações – AEDAS, NACAB e GUAICUY, guiadas pelo protocolo de saúde elaborado em conjunto com a CAMF, tentaram se estabelecer nos territórios de maneira assertiva. Em localidades de demandas mais urgentes e/ou com acesso débil a internet e telefone, as assessorias técnicas desenvolveram atividades de campo de maneira presencial, com a aplicação da metodologia própria de cada instituição.

Entretanto, no dia 15 de março, o governador de Minas Gerais Romeu Zema decretou a onda roxa em todas as localidades do estado, para conter o avanço exponencial da Covid-19. Tal classificação impôs a todas as cidades mineiras medidas restritivas ainda mais rigorosas, impossibilitando o desenvolvimento de qualquer tipo de atividade presencial por meio das assessorias técnicas



independentes. Os altíssimos índices de contaminação, a sobrecarga do sistema de saúde e as milhares de mortes, afastaram ainda mais a AEDAS, NACAB e GUAICUY dos territórios atingidos assessorados. Diante desse contexto, as ATIs se esforçaram para reforçar espaços virtuais de diálogo e debate, objetivando potencializar discussões e qualificar as informações para as comunidades atingidas.

Em 16 de abril, após decreto do governador, mais de 70% das cidades mineiras foram retiradas da classificação da onda roxa, e puderam, gradativamente, retomar algumas atividades presenciais não essenciais. Sendo assim, seguindo todos os protocolos de segurança, AEDAS, NACAB e GUAICUY reassumiram compromissos e ações presenciais com a população atingida. Durante março, abril e maio, período que compete esse relatório, os índices da Covid-19 continuaram alarmantes, e por isso, o desenvolvimento de atividades coletivas nas regiões atingidas precisou ser estratégico e pontual. É importante ressaltar que as solicitações, por meio dos atingidos e atingidas, pela presença física e em loco, tanto da CAMF, quanto das ATIs, é recorrente e persistente. Entretanto, o contexto da pandemia e as próprias imposições dos protocolos de segurança e saúde, limitam a atuação desses atores nos territórios atingidos. CAMF e ATIs procuram desenvolver um diálogo direto, debatendo soluções e possibilidades para execução de ações e atividades neste contexto.

Evidências de execução: Memória de reunião

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)

Tendo em vista o recrudescimento da Pandemia, bem como a renovação da equipe de saúde, se prevê o fortalecimento dessa ação nos próximos meses.



Fase		
3.21 – Acompanhamento, articulação e sistematização do processo de identificação dos atingidos e levantamento dos diferentes tipos de danos sofridos por eles.		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Produção de banco de dados	novembro/20 a fevereiro/22	3
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1, 2, 5 e 7		
<p>Detalhamento: Nos três meses em questão, as equipes de referência da CAMF participaram de encontros com as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) que contribuíram para o alcance desta meta. O espaço da discussão foi no GT Socioeconomia, conduzido pela coordenação da CAMF, junto à Professora Maria Carolina, responsável pela assessoria temática de mesmo nome. Participaram deste GT todas as ATIs do Paraopeba, as equipes de referência e a equipe de Tecnologia da Informação da CAMF.</p> <p>O principal objetivo do grupo de trabalho (GT Socioeconomia) é a discussão da sistematização dos dados levantados pelas ATIs, a partir da coleta e levantamento de dados realizada pelas equipes e consultorias contratadas pelas ATIs. Por fim, ressalta-se que esta é uma meta que vai acompanhar toda a execução do Projeto Paraopeba, pois objetiva-se no futuro, a construção de um banco de dados comum para toda a Bacia do Paraopeba, contribuindo, assim, para o acompanhamento e monitoramento não apenas da situação da Bacia como um todo, mas, também, dos trabalhos realizados pelas assessorias técnicas.</p> <p>Realizou-se, ainda, reuniões com as Assessorias Técnicas para alinhamento das estruturas físicas dos dados coletados em cada ATI e reunião para a construção do regulamento de utilização da ferramenta de análise de dados por cada envolvido no projeto. Foi um</p>		



importante fator para o início do planejamento deste projeto a articulação junto a equipe de Gerência da Tecnologia da Informação da PUC-Minas e a estrutura interna para liberação ao acesso externo à ferramenta de Análise de Dados, que se dará nos próximos meses.

A presente meta também contou com significativa contribuição da Equipe Jurídica da CAMF, bem como com a sua estrutura de TI, especialmente para a construção do Regimento Interno do Banco de Dados, em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Paralelamente a equipe de TI da CAMF vem trabalhando na implementação da ferramenta Power BI, para construção do Banco de Dados em questão, bem como a realização de testes de integração entre as bases do Sistema de Informação de Águas e Censo Demográfico na ferramenta do Power BI.

As equipes de referência, para o cumprimento desta meta, atuam participando dos espaços de articulação promovido pela CAMF. Um destes espaços é o GT de socioeconomia que reúne as discussões sobre os diagnósticos/pesquisas planejadas ou em execução pelas ATIs e a forma de compartilhamento e criação de um banco de dados para toda a bacia do Paraopeba, com vista a subsidiar o processo de reparação dos danos sofridos. Outro espaço promovido pela CAMF tem sido o GT de Situações Emergenciais, que discute fluxos e formas de registro das demandas das comunidades atingidas relacionadas à água e alimentação animal, e também a criação de um banco de dados unificado para o registro dessas demandas.

As equipes de referência acompanharam durante este período, quando demandadas/solicitadas pelas ATIs, espaços de planejamento e organização dos diagnósticos para coleta de dados junto às populações atingidas. Desta maneira, apesar de prevista a tarefa de sistematização dos danos para toda a bacia do Paraopeba, a mesma não foi iniciada dado ao fato de que as pesquisas diagnósticas para o levantamento dos danos estão em processo de planejamento ou execução pelas ATIs.

Evidências de execução: Memórias de reuniões



Pró-Reitoria de
Extensão



Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
3.22 – <i>Sistematização dos danos sofridos pelos atingidos visando à reparação integral.</i>		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Produção de matriz de danos para ser aplicada em toda a Bacia do Rio Paraopeba	julho/21 a fevereiro/22	0
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1, 2, 5 e 7		
<p>Detalhamento: Embora no Plano de Trabalho a matriz de danos esteja prevista para o período entre julho de 2021 e fevereiro de 2022, a tarefa se inicia com os debates dos procedimentos que serão adotados no levantamento de dados primários a serem realizados pelas ATIs, bem como de dados secundários levantados pelas ATIs e CAMF e, ainda, na concepção da plataforma que comportará os dados em questão.</p>		
Evidências de execução:		
Situação	Não previsto	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		



Fase		
3.23 – Criação de canais de comunicação pela CAMF para o diálogo direto com os atingidos para avaliação das assessorias técnicas independentes.		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Informativo impresso e digital, explicando as funções e com os contatos da CAMF, caso os atingidos desejem se comunicar.	Agosto/20 a fevereiro/22	4
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1 e 7		
<p>Detalhamento: Em consonância com a fase 3.8, tendo em vista o avanço da pandemia no último trimestre, a equipe de comunicação da CAMF tem privilegiado os espaços disponíveis nas plataformas online. Até o momento, os principais canais de interlocução vinham sendo as lives, onde são debatidas dúvidas de atingidas e atingidos, num processo interativo. No trimestre anterior, havia sido solicitada à instância de competência da PUC Minas a autorização para criação de perfis nas ferramentas de redes sociais, após a permissão necessária se iniciaram os trabalhos para esta finalidade.</p> <p>No que diz respeito à criação de informativos impressos, esta ação necessita de análise para sua viabilidade, tendo em vista sua eficiência e eficácia como ação de comunicação social, principalmente a questão custo x benefício de impressão, distribuição e alcance das populações e comunidades atingidas. Para tanto, considera-se que a finalização e publicação do site institucional do Projeto Paraopeba, bem como de suas redes sociais, em fase de aprovação pela Agência PUC Minas, Pró-Reitoria de Extensão e pela coordenação da CAMF, darão a dimensão necessária para que, se for o caso, o informativo impresso seja visto, não como meio</p>		



principal de comunicação com os atingidos, mas como um reforço do Projeto Paraopeba na disseminação de informações para os atingidos. Também estão em estudo outras estratégias, tendo em consideração a dificuldade de acesso à internet e parte do território atendido.

Cabe destacar que a estrutura do *site*, bem como das páginas no *Instagram* e no *Facebook*, tem previsão de ficar pronta em meados de junho, quando será submetida à aprovação das instâncias em questão.

Ao longo deste período, também estão sendo encaminhadas outras estratégias, dentre elas se destaca o vídeo institucional do Projeto, cujas filmagens já foram iniciadas, com previsão de conclusão do trabalho em junho ou julho.

Evidências de execução:

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
3.24 – Assessorar as ATIs nas articulações interinstitucionais com os poderes públicos estadual e municipais, CTC/UFMG.		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Reuniões regulares	Junho/20 a fevereiro/22	4
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1 e 7		
<p>Detalhamento: Para esta finalidade, tendo em vista a necessidade de se deter no processo de acompanhamento e revisão da elaboração dos POTs das ATIs, as equipes da CAMF se detiveram, em especial, na contribuição para o importante papel desempenhado pelo CTC/UFMG por meio da produção de nota técnica conjunta com as ATIs, cujo intento orbitou em torno da manutenção do trabalho realizado por subprojetos indispensáveis para a reparação. Dessa maneira, marca-se a posição contrária à extinção das ações periciais, tendo em vista o seu caráter de isenção e com sólidas bases científicas.</p> <p>A CAMF também acompanhou audiência pública realizada na ALMG acerca do Rodoanel, entendendo a necessidade de acompanhamento às diversas ações entre as quais se desdobram o Acordo realizado entre Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça.</p>		
Evidências de execução: Memórias e Nota Técnica		
Situação	Em execução	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		



Fase		
3.25 – Fóruns ampliados com as ATIs		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Fóruns mensais com todas as ATIs.	agosto/20 a janeiro/22	20
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1, 5 e 7		
<p>Detalhamento: O propósito desses encontros é viabilizar um processo de situação global do ponto em que se encontra o projeto, bem como o compartilhamento de trabalhos realizados pelas ATIs junto às Assessorias Temáticas da CAMF. Ao longo desse trimestre de atividades, foram instituídos entre as assessorias técnicas e a coordenação metodológica os chamados “Grupos Técnicos”, os quais são grupos de trabalho centrados em torno de temáticas específicas atinentes ao processo reparatório, com encontros semanais ou quinzenais, centrados em torno de agendas técnicas específicas. Os grupos criados e seus principais temas de discussão durante este período foram:</p> <p>- Grupo Técnico Meio Físico e Meio Biótico: A Assessoria Temática de Meio Físico e Meio Biótico esteve presente em diversos espaços, a saber: organização do seminário da pesca, acompanhamento do CTC/UFMG, acompanhamento do GT de Situações Emergenciais, análise de consultorias contratadas pelas ATIs, acompanhamento de discussões acerca dos PCT/PCTRAMA e na análise técnica de Produtos das ATIs. As reuniões para a elaboração de proposta e construção do seminário da pesca do rio Paraopeba foram</p>		



coordenadas pela assessoria temática do meio biótico da CAMF, em constante diálogo com as ATIs. A previsão é de que este se realize na última semana de julho, tendo como objetivos: (1) possibilitar um momento de fala dos atingidos e atingidas; (2) Identificar a condição atual da pesca e do impacto do rompimento nas diferentes áreas da bacia do rio Paraopeba e (3) identificar através da escuta, possíveis alternativas a serem implementadas na bacia do rio Paraopeba para reduzir os danos sofridos pelas famílias de pescadores e pescadoras impactadas. Serão convidados para o seminário um representante de cada ATI, pescadores da bacia do rio Paraopeba e o Comitê de Compromitentes, representados pelo Comitê Pró-Brumadinho e Instituições de Justiça.

Esta Assessoria Temática também participou, junto às IJs e ATIs, da construção de Proposta para aglutinação dos subprojetos do CTC/UFMG. Sob a sua responsabilidade esteve a análise dos Subprojetos da Ictiofauna (4, 26, 51, 5, 51, 54), fauna e animais domésticos (25, 7, 52, 56) e produtos agrícolas (35, 36).

Houve, ainda, encontro com a equipe da AEDAS para tratar sobre a consultoria contratada por esta ATI para realizar o levantamento de danos ambientais, com o objetivo de entender a escolha da empresa GEOENG para realização do trabalho. Por fim, as reuniões relativas aos PCTs/PCTRAMAs foram para (1) debate e criação de proposta de roteiro das ATIs, para o processo de consulta qualitativa informada aos povos e comunidades tradicionais, sobre os critérios e formas de comprovação para o programa de transferência de renda à população atingida do acordo judicial; (2) criação de proposta de roteiro básico para caracterização de povos e comunidades tradicionais da bacia do Paraopeba e (3) criação de proposta de seminário “povos e comunidades tradicionais da bacia do Paraopeba e o acordo judicial”.

- **Grupo Técnico Socioeconômico:** durante o período compreendido pelo presente relatório, priorizou-se o debate acerca da construção do Regimento do Banco de Dados Compartilhado, junto às equipes de TI e Jurídica, bem como o subsídio técnico à Comissão de



Avaliação e Monitoramento, criada para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos previstos pelos POTs, bem como pelos Planos Globais das ATIs.

-Grupo Técnico Saúde: Sua atuação se deu prioritariamente acerca da revisão do Protocolo de Retomada das Atividades de Campo, tendo em vista os avanços obtidos em relação aos conhecimentos sobre a COVID-19, considerando o que se tinha conhecimento, desde a elaboração de sua primeira versão em agosto de 2020. Também estiveram em sua pauta os Estudos de Risco à Saúde Humana, sobre os quais a equipe se deteve em aprofundar e, ainda, a elaboração da nota técnica para aglutinação das perícias realizadas pelo CTC/UFMG.

Evidências de execução: Memórias

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Meta:	Situação
Meta 4: Fluxo de trabalho com a auditoria contábil-financeira e finalística	Em execução

Fase		
4.1 – Construção, com a EY, das estruturas de relatórios para a prestação de contas contábil-financeira.		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Estrutura de relatório	Julho/20 a agosto/20	1
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 2, 3, 4, 5 e 6		
<p>Detalhamento: Tendo em vista o alinhamento com a EY de que não haveria um modelo padrão estabelecido, com o propósito de garantir maior homogeneidade entre as informações constantes no relatório finalístico, foi criado, a partir do segundo trimestre, um roteiro cujo intuito se deu em torno do objetivo de compor informações contábeis-financeiras e finalísticas. Integram o roteiro em questão 8 pontos organizadores dos documentos a serem desenvolvidos.</p>		
Evidências de execução: Roteiro para produção do relatório		
Situação	Em execução	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		



Fase		
4.2 – Avaliação do processo e dos resultados da auditoria contábil-financeira e finalística		
Unidade	Qtd. Evidências	
Reunião trimestral envolvendo IJs, ATIs e EY	agosto/20 a fevereiro/22	0
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1, 2, 3, 4 e 5		
<p>Detalhamento: Em virtude do envolvimento em demandas relacionadas ao acordo, pelas IJs e pela CAMF, e dos relatórios finalísticos ainda não terem sido avaliados pela EY, não foi possível encontrar um horário comum para realização dessa reunião conjunta. Cabe destacar, entretanto, que constantemente têm sido realizados encontros da CAMF com a EY, tanto por meio de sua coordenação como também da Assessoria Contábil da CAMF, que vem participando ativamente, sempre que convidada, das reuniões da EY junto às ATIs.</p>		
Evidências de execução:		
Situação	Não cumprida	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		
Tão logo estejam finalizadas as negociações acerca do acordo, que têm demandado tempo significativo das IJS, como também das ATIS e da CAMF, pretende-se agendar essa reunião.		



Fase		
4.3 – Apresentação dos relatórios de execução contábil-financeira para a EY		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Relatórios e comprovantes físico/fiscais	agosto/20 a março/22	3
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 2, 3, e 4		
<p>Detalhamento: Os relatórios de execução contábil-financeira da CAMF têm sido elaborados pela equipe de articulação intrainstitucional da CAMF e da PROEX, em colaboração com a equipe de controladoria da PUC. Já foram produzidos seis relatórios, até o mês de maio, os quais foram encaminhados à EY, assim como suas sínteses descritivas que seguem como evidências dessa fase e, ainda, as evidências dos dispêndios, correspondentes à meta 4.</p>		
<p>Evidências de execução: Síntese das prestações de contas 6, 7 e 8</p>		
Situação	Em execução	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		

Fase



4.4 – Apresentação dos relatórios de execução contábil-financeira e finalístico para a EY

Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Relatórios semestrais	Dezembro/20 a dezembro/21	0
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 3 e 4		
Detalhamento: Tendo em vista que ainda não houve retorno dos relatórios mensais enviados pela CAMF à EY, emerge a compreensão de que a presente meta se faz dispensável, visto que não há novos elementos ou respostas a questionamentos em relação àquilo que já foi entregue.		
Evidências de execução:		
Situação	Não executada	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		
Para o cumprimento da presente meta, são aguardados os retornos da EY acerca das prestações de contas já realizadas até o momento.		



Meta:		
Meta 5 - Fluxo de trabalho com as instituições de justiça		
Situação	Em execução	
Fase		
<i>5.1 – Colaborar na articulação das IJs com as ATIs</i>		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Reuniões mensais entre CAMF e IJs	junho/20 a fevereiro/22	5
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 1 a 7		
<p>Detalhamento: A CAMF vem atuando na organização e distribuição de demandas das IJs para as ATIs, na construção de entendimentos comuns entre as instituições e na mediação das relações entre as ATIs e as IJs. Para tanto, a comunicação tem se dado por meio de reuniões periódicas entre os diversos atores do processo, por meio de comunicação direta via e-mail e aplicativos de mensagens, bem como a elaboração de ofícios conjuntos. Tendo em vista o entendimento recíproco de que seria importante estabelecer formas ágeis de diálogo e repasse entre as instituições, foi construída uma página na ferramenta Trello, para que as demandas pudessem ser transmitidas e respondidas por ambas as partes e acompanhadas em tempo real.</p>		
Evidências de execução: Memórias de reunião e print screen da tela do Trello		
Situação	Em execução	
Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)		



Fase		
5.2 – Contribuir no aperfeiçoamento dos Planos de Trabalho das ATIs		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Relatório Semestral	Outubro/20 a outubro/21	10
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 2, 5 e 6		
<p>Detalhamento: Tendo em vista os novos caminhos inaugurados pela celebração do Acordo entre Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça, em alternativa à atualização semestral do Plano de Trabalho das ATIs foi construído um Plano Operacional Transitório (POT), conforme já se apresentou neste documento. O POT teve como objetivo organizar, de forma sintética, as atividades referentes às ações derivadas do Processo e do Acordo, documentando o relato das atividades já em desenvolvimento pelas ATIs, junto às comunidades atingidas em função da homologação do Acordo, como a consulta ao Programa de Transferência de Renda e construção de projetos das comunidades atingidas para o Anexo 1.3, acompanhadas pelas equipes de referência durante sua execução.</p> <p>Coube às equipes da CAMF, a elaboração de dois pareceres técnicos sobre os Planos Operacionais Transitórios. O primeiro parecer, finalizado no mês de abril, apresentava uma primeira análise dos POTs, abordando um conjunto de sugestões visando o aprimoramento do mesmo. O segundo parecer, por sua vez, finalizado pelas equipes de referência em maio, apresentou uma reanálise dos planos a</p>		



partir das versões revisadas pelas ATIs, trazendo as reconsiderações sobre pontos inicialmente avaliados pela CAMF.

Para a construção dos pareceres, foram realizadas reuniões entre as equipes da CAMF no intento de elaborar um modelo de estrutura e conteúdo para os mesmos. Também foram realizados espaços de diálogos junto às Assessorias Técnicas para a apresentação das análises iniciais da CAMF e pedidos de complementação das informações necessárias para elaboração do parecer. Seguiram a esta atividade, a leitura dos documentos balizadores, atividades de escrita e revisão dos documentos e reuniões de alinhamento das equipes responsáveis por sua análise.

Ao todo, foram produzidos dez pareceres sobre os planos de trabalho das ATIs, entre os meses de abril e maio. Quatro (04) pareceres elaborados acerca dos POTs, produzidos para as regiões 1 e 2; dois (02) pareceres sobre os Planos da região 3; quatro (04) pareceres elaborados para as regiões 4 e 5, consideradas as análises e reanálises dos mesmos, após modificações requeridas. Essa demanda contou com o empenho das Equipes de Referência, Equipe Financeira, Assessorias Temáticas e Coordenações da CAMF.

Evidências de execução:

Situação

Executada

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
5.3 – Auxiliar as IJs no acompanhamento e monitoramento das ATIs		
Unidade	Duração	Qtde. Executada
Pareceres trimestrais	setembro/20 a fevereiro/22	5
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivos 2, 3, 4 e 6		
Detalhamento:		
<p>Este assessoramento é realizado pela CAMF, no acompanhamento cotidiano de cada uma das ATIs. Seguem informações sobre o acompanhamento realizado, para além do parecer acerca do relatório finalístico trimestral, referentes às ações de cada ATI ao longo do último trimestre:</p>		
AEDAS:		
<p>Com relação às atividades para auxiliar as IJs no acompanhamento e monitoramento das ATIs, desenvolvidas pela equipe de referência da AEDAS, identificamos, ao longo dos meses de março a maio, um total de 61 reuniões que abordaram o tema dos relatórios finalísticos das ATIs e os pareceres elaborados pela CAMF. Estas estão divididas em reuniões internas da equipe de referência (23), reuniões entre as técnicas de campo e equipe contábil/financeira (9), reuniões gerais da CAMF, com presença das equipes de referência e coordenação (18) e, por fim, reuniões entre a equipe de referência e a AEDAS - com a EY também, quando a</p>		



temática era a referente (11).

Essa série de encontros ilustra parcialmente a complexidade que é a elaboração destes pareceres. Em primeiro lugar, é necessário um alinhamento entre as várias equipes da CAMF (03 equipes de referência, diversas assessorias temáticas, equipe contábil/financeira, jurídica e integrantes da coordenação). Esse alinhamento acontece por meio de várias reuniões que buscam criar os fluxos de leitura e análise dos documentos produzidos pelas ATIs, além da escrita dos mais diversos pareceres. Os encontros servem, também, para as construções metodológicas comuns e ajustes técnicos eficientes.

A equipe de referência também tem como prerrogativa de atuação a realização de diversos encontros com a AEDAS, antes da entrega dos relatórios finalísticos trimestrais. Esses procedimentos objetivam: potencializar compreensões acerca do documento produzido pela assessoria, sanar dúvidas metodológicas e processuais, além de destrinchar o fluxo de produção do documento. Munidas de todas as informações pertinentes, a equipe de referência realiza um estudo e análise profunda do relatório, complementada com reuniões internas para alinhamento das compreensões.

Com as compreensões e interpretações ajustadas, inicia-se o processo de construção do parecer, que vai sendo complementado com informações advindas das assessorias temáticas da CAMF. Com o parecer finalizado e revisado, a equipe de referência se organiza para construção de uma devolutiva assertiva para a assessoria. Esse processo de diálogo envolve, além de encontros internos de preparo das reuniões e apresentações, os essenciais encontros com a AEDAS, para expor e debater questões envolvendo o parecer elaborado.

Por fim, é importante dizer que a meta aqui destacada vem sendo aprimorada constantemente, a cada trimestre. Os fluxos e organizações são revisados regularmente, com o objetivo de potencializar os pareceres redigidos e afinar o diálogo com a AEDAS. É importante identificar que a meta 5.3 apresenta uma série de desafios, tendo em vista a grande quantidade de atores envolvidos e o



tempo limitado para a sua execução. Outro desafio apresentado é o da própria relação com a AEDAS, que, praticamente todas as vezes, não cumpre o prazo estabelecido pela CAMF e atrasa o envio de documentos, o que acaba restringindo o período de análise por parte das equipes da CAMF, gerando, inclusive, a possibilidade de prejuízo qualitativo nesta análise.

NACAB

A elaboração do parecer sobre o III Relatório Trimestral Finalístico do NACAB, que abarca as atividades realizadas no período entre os meses de dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, foi desenvolvida pela equipe de referência da região 3, com composição de uma análise sobre os recursos e orçamento realizada pela equipe de referência da assessoria financeira que acompanha o NACAB, e com contribuições pontuais das equipes das assessorias temáticas da CAMF.

Ao receber da ATI o Relatório, a equipe faz a leitura e organiza uma planilha com as dúvidas e pontos que são apontados como possíveis de melhoramento ou maior detalhamento. Esta planilha é compartilhada com a equipe da ATI R3, que indica, através de observações e complementações, informações que auxiliam para o esclarecimento ou maior entendimento das dúvidas e pontos frágeis. Neste processo, são estabelecidas diferentes formas de diálogo direto com o NACAB, como reuniões, troca de mensagens, e-mail e ligações telefônicas. Cabe destacar que o contato direto com a ATI é imprescindível para garantir a compreensão de todas as informações contidas no documento, o que permite maior qualidade e dinamicidade na produção do parecer.

As análises realizadas no parecer se baseiam nos acompanhamentos de campo das atividades coletivas e em reuniões periódicas com a ATI NACAB, além dos espaços comuns de diálogo, promovidos pela CAMF, como os Grupos de Trabalho, espaços já destacados nas fases anteriores. Alguns documentos também são analisados de forma complementar, o que proporciona um maior



entendimento das atividades dispostas, como planilhas orçamentárias, pesquisas, diagnósticos e relatórios de campo do NACAB.

GUAICUY

Os pareceres finalísticos são elaborados conjuntamente entre as equipes de referência, responsáveis pela parte finalística e pela equipe financeira, coordenação e assessorias temáticas (permanentes e não permanentes) com colaboração dos extensionistas do Projeto, conforme previsto no Plano de Trabalho da CAMF (2020). Comumente são feitas diversas reuniões relacionadas aos relatórios finalísticos do Instituto Guaicuy, sendo (1) reuniões internas da equipe de referência finalística e da financeira, (2) reuniões gerais com as coordenações e colegiado de professores, (3) reuniões com a ATI, para discussões e esclarecimentos, orientações sobre o relatório entregue e, (4) as reuniões com a EY que auxiliam no acompanhamento da planilha de matriz de ações com os indicadores e produtos da ATI. Essas atividades e o quantitativo foram contemplados nas metas **2.5, 2.6, 3.5, 3.6 e 3.7** neste parecer.

Dito isso, a construção dos pareceres trimestrais acontece através dos relatórios das assessorias temáticas, a partir das discussões e dados levantados nos Grupos de Trabalho (GT's) de meio físico, meio biótico, socioeconômico, saúde e jurídico. Somados aos trabalhos de acompanhamento de campo da equipe de referência, diálogo e articulação junto a ATI.

Dessa forma, a construção do parecer se deu num primeiro momento com o acolhimento dos relatórios trimestrais entregues pela ATI, leituras exploratórias, analíticas e coletivas. Foi realizado através de reuniões virtuais e frentes de trabalho. Em seguida, foi feita uma análise minuciosa do anexo 1 do relatório, agregando uma coluna “Análise CAMF” em que se relacionou as ações que pertenciam a uma mesma macroação. Foram examinados a ação, a data de previsão, conclusão e os objetivos. Analisou-se principalmente as justificativas e observações das atividades sendo elas com status de: concluídas, iniciadas, não iniciadas, em espera e canceladas.



Logo após, foi realizada uma análise qualitativa da estrutura do relatório e da análise finalística correlacionando os resultados de cada bloco: Governança, Mobilização Social, Direito a construção da Matriz de Danos e Pagamento emergencial com as atividades do anexo 1. As atividades foram analisadas considerando as equipes técnicas responsáveis, por meio de uma breve descrição das suas funções, em relação às macroações apresentadas, e também uma análise baseada na familiaridade das macroações, atividades que estão relacionadas ou são interdependentes. Desse modo, foi possível analisar em perspectiva o escopo da macroação com os objetivos do plano de trabalho, bem como também, contemplar com uma análise técnica e metodológica a partir das atividades que a equipe de referência da CAMF tem acompanhado, juntamente com a ATI.

Portanto, a elaboração dos pareceres trimestrais representa momentos significativos para o contato próximo e articulado com a ATI, exige constantemente diálogo, criação de modelos e procedimentos que não são estáticos. Com isso, todas as equipes do projeto estão engajadas no aprimoramento do trabalho e realizar de forma satisfatórias, apesar dos muitos desafios, como prazos curtos, mudanças no processo que impactam diretamente a execução do trabalho tanto da CAMF como da ATI, criando necessidades de readequações, novas negociações e diálogos. As muitas interferências no processo geram o remanejamento do trabalho e, em consequência, um aumento, gerando horas extras.

Evidências de execução: Pareceres dos relatórios trimestrais.

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



Fase		
5.4 – Informar às IJs sobre a atuação da CAMF		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Relatórios trimestrais	setembro/20 a fevereiro/22	1
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivo 7		
<p>Detalhamento: Foi entregue, no mês de outubro, o primeiro relatório finalístico da CAMF, constando as informações referentes aos meses de junho, julho e agosto; e, em janeiro, o relatório referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2020, bem como a entrega do terceiro finalístico, iniciado em dezembro de 2020 e encerrado em fevereiro de 2021. O presente documento é o quarto relatório finalístico, que se debruça sobre as ações realizadas ao longo do quarto trimestre, que se desdobrou ao longo dos meses de março, abril e maio. Segundo informações da EY, ainda não houve formalização do contrato de trabalho para a auditoria da CAMF, portanto, ainda não há <i>feedback</i> referente ao primeiro relatório finalístico. Buscou-se, no presente relatório finalístico, o aprofundamento na descrição das atividades. Compreende-se que os retornos da EY e IJs contribuirão para o aprimoramento dos relatórios finalísticos da CAMF.</p>		
Evidências de execução: Relatório finalístico		
Situação	Em execução	



Pró-Reitoria de
Extensão



Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)

Avenida Dom José Gaspar, 500. Coração Eucarístico – Belo Horizonte – MG
CEP 30535-901 – Tel: (31) 3319-4444

118



Fase		
5.5 – Revisão do Plano de Trabalho da CAMF		
Unidade	Duração	Qtd. Evidências
Plano de Trabalho revisado	Dezembro/20 a dezembro/21	4
Atende ao(s) objetivo(s)		
Objetivo 7		
<p>Detalhamento: A presente atividade ganhou volume, a partir do mês de março, com a constituição da comissão de revisão do Plano de Trabalho da CAMF. Tendo em vista o caráter híbrido das ações referentes ao Processo e ao Acordo, a presente revisão vem se realizando conforme avançam, também, os Planos Operacionais Transitórios e as discussões sobre os Planos Globais das ATIs, tendo em vista tratar-se de um documento cujo objetivo é seguir acompanhando e coordenando as ações das ATIs. Estão compreendidos até o momento, os seguintes passos para a revisão deste:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Compreensão do Acordo ● Leitura crítica dos Planos de Trabalhos das ATIs (novos e antigos) ● Análise e reformulação dos Objetivos do Plano de Trabalho original. ● Levantamento de Atividades realizadas atualmente pelas diversas equipes da CAMF ● Construção de novos procedimentos metodológicos ● Definição de metas de execução 		



- Criação de quadro de atribuições onde se articulam organograma e atividades de acompanhamento
- Definição de indicadores e produtos a serem entregues durante a execução do Plano de Trabalho
- Composição de Cronograma de Atividades e Metas.
- Apresentação dos resultados esperados.
- Análise de adequação do quadro técnico para as demandas incorporadas
- Reformulação de organograma
- Orçamento para execução do Plano de Trabalho
- Leitura comparativa com documentos normativos (POP, PAI, PT das ATIs), com objetivo de evitar inconsistência e contradições entre os documentos.

Evidências de execução:

Situação

Em execução

Considerações (justificativa de não execução e próximos passos)



5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Na sequência, apresenta-se o *status* da execução orçamentária até o presente momento no Projeto. Considerando-se o período de junho de 2020 a fevereiro de 2021, previu-se o recebimento de R\$ 3.903.296,57, de acordo com o Plano de Trabalho da CAMF. Tendo havido o repasse da primeira parcela (planejada para cobrir os desembolsos até setembro de 2020), no valor de R\$ 1.730.518,82, parte da segunda parcela repassada pela AEDAS, em março de 2021, cujo valor corresponde a R\$ 1.309.446,84 e o restante repassado por NACAB e Guaicuy, em abril, cujo valor corresponde a R\$ 1.673.347,78. O terceiro repasse foi realizado pelo NACAB e AEDAS, em maio de 2021, no valor de R\$ 597.926,37. No período compreendido entre os meses de junho/2020 e maio/2021, foram gastos R\$ 2.702.592,33, de modo que ainda restam para os meses subsequentes, somados os rendimentos de aplicações financeiras o valor correspondente a R\$ 2.622.925,73. Segue adiante o quadro demonstrativo de despesas, mês a mês, com o link para a síntese das prestações de contas em questão.



Período de referência	Dispêndio	link ²
1ª Prestação de Contas Financeira (junho a novembro)	- R\$ 124.551,65	https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1JYDUkW0nMozXs6X51D2CC-qy1a9yvJJ1
2ª Prestação de Contas Financeira (dezembro)	- R\$ 476.372,86	https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1GzrImFQ5-vj_i6Ej_S1MOpxdo4IEVyhW
3ª Prestação de Contas Financeira (dezembro)	- R\$ 288.352,92	https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1jrbRlc3Xu9ARwf2UB_3WMUxZ5fRXIFOV
4ª Prestação de Contas Financeira (janeiro)	- R\$ 384.103,29	https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1u0XFXA6c-9GUdHs0oremFz0PoCYK4GID
5ª Prestação de	- R\$ 372.889,86	https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1EY4HwD5vAyDZWvWJnydwaKeZbQXXryv

² Por meio dos links é possível encontrar o detalhamento dos valores executados, bem como verificar a comprovação dos dispêndios.



Contas (fevereiro)		<u>Z</u>
6ª Prestação de Contas (março)	-R\$ 26.890,74	https://drive.google.com/drive/u/2/folders/1Ps0cR_Idn73yIA7HSCf1DL06NUDKuT7e
7ª Prestação de Contas (abril)	-R\$ 1.000.609,51	https://drive.google.com/drive/u/2/folders/16t8F750G69Q6g9zuF0MwWSS392hBFUV0
8ª Prestação de Contas (maio)	-R\$ 28.821,50	https://drive.google.com/drive/u/2/folders/1PVkojIp5VK0TxiqtpX2oBsvVG1stDAuD
Total executado (jun/20-fev/21)	-R\$ 2.702.592,33	



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pretendeu-se evidenciar no quarto relatório finalístico da CAMF, o Plano de Trabalho vem sendo executado e as atividades previstas que não foram realizadas, devidamente justificadas. Embora as ATIS tenham implementado importantes alterações no escopo de sua atuação para atender às demandas provenientes do Acordo celebrado entre Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça, a natureza do trabalho desempenhado pela CAMF permaneceu sendo o de acompanhamento, supervisão e monitoramento dessas assessorias.

Nos trimestre em análise, compreendido entre os meses de março a maio de 2021, o ponto forte das atividades da CAMF, internamente e junto às ATIS, se deu na reorganização dos trabalhos a partir da elaboração do Aditivo ao Termo de Compromisso das assessorias e dos Planos Operacionais Transitórios, seguida da análise técnica da CAMF, com emissão de parecer às IJs a respeito da viabilidade de execução dos POTs. Outro aspecto importante a ser considerado foram as atividades preparatórias para a construção do Plano de Trabalho Global das ATIS, destacando-se a constituição da Comissão de Avaliação e Monitoramento, visando definir indicadores para o acompanhamento das atividades das ATIS.

Para o próximo trimestre, espera-se que haja uma definição de como a auditoria sobre o finalístico da CAMF e das ATIs se dará, tendo em vista a readequação do escopo de atuação das assessorias. Enquanto isso, esse relatório, acompanhado das evidências serão enviados somente às IJs, salvo melhor juízo.

Cumprir destacar que, até o presente momento, a CAMF não obteve retorno referente aos três trimestres de trabalhos auditados. Portanto, não tem conhecimento se houve asseguarção da prestação de contas financeira e finalística. Assim sendo, essa coordenadora metodológica tem mantido o mesmo padrão na estrutura dos documentos, com a expectativa de que atenda ao que é esperado pela EY e IJs, assim como não sofra prejuízos decorrentes do lapso do tempo para obter a resposta, haja vista que o primeiro relatório finalístico foi encaminhado à auditora em outubro de 2020 e, até o momento, permanece pendente de retorno.





PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

**PARECER TÉCNICO DA COORDENADORA DE ACOMPANHAMENTO
METODOLÓGICO E FINALÍSTICO**

**Objeto: Relatório Finalístico Trimestral de Atividades da Assessoria Técnica
AEDAS - Regiões 01 e 02**

**Belo Horizonte
2021**



SUMÁRIO

1. Introdução	2
2. Metodologia	3
3. Análise finalística	4
3.1 Estabelecimento no Território	4
3.2 Instalações Físicas	6
3.3 Comunicação	7
3.4 Seleção Equipe Técnica	9
3.5 Planejamento e Formação da Equipe	10
3.6 Relatórios da Equipe	12
3.7 Registro e Acompanhamento Familiar	14
3.8 DRP e Demandas Emergenciais	17
3.9 Projetos para Bacia do Paraopeba	19
3.10 Programa de Transferência de Renda	22
3.11 Atendimento coletivo às crianças – espaço de cuidado	24
3.12 Reunião Comissões de Atingidos	25
3.13 Ciclos de Debate	27
3.14 Construção de Diretrizes e Acompanhamento de Medidas Reparatórias	28
3.15 Acompanhamento do Processo Judicial	29
3.16 Assistência Técnica Pericial	30
3.17 Participação junto à Coordenação Metodológica e Finalística CAMF/PUC	32
3.18 Monitoramento das ações executadas pela Vale	35
3.19 Acompanhamento dos Povos e Comunidades Tradicionais	37
3.20 Estruturação das linhas de pesquisa para aprofundamento dos danos	38
3.21 Levantamento dos Aspectos Ambientais	40
3.22 Levantamento Demandas de Saúde e Políticas Públicas	42
3.23 Levantamento Danos à Agricultura e Animais	43
3.24 Danos às Comunidades Quilombolas	39
3.25 Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	45
3.26 Levantamento dos Danos à Pesca	46
3.27 Recuperação do Rio Paraopeba	42
3.28 Formação em Direitos	50
3.29 Acompanhamento Segurança de Barragens	51
3.30 Monitoramento de Gênero	45
3.31 Infraestrutura de Tecnologia	53
4. Análise financeira	47
4.1 Região 01	47
4.2 Região 02	55
5. Considerações finais	64
6. Referências	67



1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Parecer Técnico da Coordenadora de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF-PUC Minas) sobre o IV Relatório Finalístico da Assessoria Técnica Independente AEDAS, com atuação nas regiões 1 e 2, atingidas pelo rompimento das barragens B-I, B-IV E B-IVA / CÓRREGO DO FEIJÃO, em Brumadinho-MG. O objetivo principal do presente Parecer Técnico é subsidiar as Instituições de Justiça – Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público Federal e Defensoria Pública de Minas Gerais, no processo de avaliação e chancela das atividades executadas pelas assessorias técnicas, em consonância com a proposta de trabalho apresentada nos Planos Operacionais Transitórios (POTs), em substituição aos Planos de Trabalho originais, homologados no processo judicial pelo juízo competente.

Cumprir informar que, embora os Planos Operacionais Transitórios ainda não tenham sido aprovados pelo Comitê de Compromitentes, foi o instrumento que serviu de referência para definir o escopo de atuação da assessoria técnica no trimestre em análise, que compreende os meses de março, abril e maio de 2021. O período de vigência dos POTs, submetidos à apreciação do Comitê, é de cinco meses, sendo o término previsto para julho/2021.

Destaca-se também que esse Parecer não será submetido à auditoria da EY, salvo melhor juízo, tendo em vista que, até o momento, não houve a formalização do contrato com a referida empresa para o acompanhamento das ações finalísticas executadas no âmbito do Acordo Judicial. Esse Parecer foi elaborado entre os dias 06 a 21 de julho de 2021, conforme será detalhado na seção dedicada à metodologia, e assinado pela coordenação-geral e técnica, como também pelas equipes de referência, jurídica e financeira, com apoio das assessorias temáticas da CAMF.



2. METODOLOGIA

Este Parecer resulta não somente de uma análise documental do Relatório Finalístico da Assessoria Técnica AEDAS, como também de um trabalho qualitativo de acompanhamento contínuo das atividades realizadas pela referida entidade, conforme pactuado no Acordo de Cooperação assinado entre CAMF e ATIS, com interveniência das IJS¹. Assim sendo, faz-se importante informar os procedimentos e instrumentos utilizados para embasar este Parecer, visando torná-lo um documento claro, objetivo e consistente, que atenda às necessidades das IJs de avaliarem se a assessoria desempenhou com êxito a tarefa que lhe foi confiada junto aos atingidos e às atingidas pelo rompimento das barragens em Brumadinho.

Procedimentos e instrumentos utilizados:

1. Leitura comparativa do Plano de Trabalho original e Plano Operacional Transitório, buscando identificar e distinguir as ações que decorrem do Processo Judicial e do Acordo Global;
2. Estudo do Parecer e da Reanálise feitos pela CAMF sobre o POT;
3. Leitura e Análise do III e IV Relatórios Trimestrais Finalísticos, com consultas às evidências apresentadas pela ATI para sanar possíveis dúvidas;
4. Leitura dos Relatórios de Asseguração da empresa de auditoria Ernst & Young (EY), com o objetivo de averiguar se as fragilidades apontadas pela auditoria foram corrigidas no período em análise.
5. Discussão entre as equipes da CAMF, como também com a própria ATI para sanar dúvidas gerais e específicas sobre o cumprimento das atividades previstas no plano de trabalho e o resultado alcançado.
6. Acompanhamento do cronograma de reuniões da ATI a respeito do financeiro e finalístico, com destaque para as atividades relativas à mobilização e participação social no âmbito do processo e do acordo.

¹ ACORDO de Cooperação. Entidade Coordenadora, Assessorias Técnicas Independentes e Instituições de Justiça. Belo Horizonte, julho de 2020.



7. Análise documental feita ao longo do processo de acompanhamento metodológico da ATI, objetivando a construção de notas técnicas, pareceres e relatórios que respondam à demanda da assessoria e das IJs.
8. Levantamento das dificuldades da ATI para o cumprimento integral do que havia sido proposto no POT, com avaliação criteriosa da justificativa apresentada pela assessoria.

Considerando que a maior parte das ações previstas no POT estão em curso, este Parecer focou sua análise no processo de execução das atividades e não nos resultados em si. Outro aspecto importante a ser elucidado refere-se ao papel colaborativo da CAMF nesse processo, que em nada se assemelha à função da auditoria. Seu caráter é técnico, mas também pedagógico e formativo, pautado na relação de confiança estabelecida com a assessoria, fiel à sua natureza extensionista, calcada em princípios humanísticos defendidos pela PUC Minas.

3. ANÁLISE FINALÍSTICA

Análise qualitativa das ações desenvolvidas pela AEDAS nas regiões 1 e 2 durante o trimestre de março a maio/2021 por macroatividade. Optou-se por desenvolver apenas um documento para todas as comunidades assessoradas, a fim de potencializar resoluções e dinamizar as análises empreendidas. Ressaltamos que a equipe de referência adotou a mesma metodologia no parecer anterior.

3.1 Estabelecimento no Território

A macroatividade de *estabelecimento no território* está diretamente relacionada à operacionalização dos projetos de Assessoria Técnica Independente executados pela AEDAS na Bacia do Paraopeba, e encontra-se fundamentada na necessidade de estruturação técnica e organizativa das ações.



Os diversos desdobramentos dessa macroatividade estão contidos nas seguintes atividades operacionais: 1) Elaboração do fluxo de atividades do projeto; 2) Definição do sistema de armazenamento de dados; 3) Organização e sistematização das informações base do projeto. Essas se apresentam como conjuntos de ações pertinentes para a estruturação da ATI e a viabilização da atuação dos profissionais contratados, considerando, principalmente, que estão empenhados em facilitar a orientação e padronização, qualitativa e quantitativa dos procedimentos técnico-administrativos mobilizados, os registros documentais, a forma de armazenamento e a sistematização de dados e informações, o estabelecimento de fluxos, a formulação de contratos, termos, dentre outros.

A atividade de *elaboração do fluxo de atividades do projeto* foi finalizada antes do período analisado. Ratifica-se que a ação é pertinente devido à dimensão e complexidade do trabalho que lida com diversas frentes de atuação e grande quantidade de profissionais.

Por sua vez, a atividade de *definição do sistema de armazenamento de dados* teve suas principais ações concluídas no período analisado, inclusive, com a definição dos sistemas utilizados no âmbito dos projetos da ATI. Atesta-se que a ação é pertinente devido à dimensão e complexidade do trabalho, que lida com grande quantidade de dados, arquivos e documentos que precisam ser armazenados adequadamente. Nesse sentido, a ação de gerência do sistema é contínua ao longo do projeto e possui, como principal produto, uma base de dados sólida e consolidada, que subsidia as intervenções presentes e subsidiará as ações futuras. É importante ressaltar que apesar das definições e conclusões das principais ações previstas, a atividade operacional possui desdobramentos contínuos, no que se refere aos constantes processos de armazenamento e sistematização dos dados e informações produzidas.

A atividade de *organização e sistematização das informações base do projeto* foi iniciada e concluída antes do período de análise do presente relatório. Cabe ressaltar que, apesar da linha de ação dizer apenas das informações-base, a organização e sistematização das



informações gerais do projeto ocorrem de maneira contínua, devido à grande quantidade de levantamentos e relatórios constantemente elaborados pelas equipes da ATI e outros atores. Dessa forma, trata-se de atividade central na organização interna dos arquivos relacionados aos projetos da Assessoria Técnica Independente.

Seguindo o raciocínio apresentado, fica evidente a conexão entre as ações operacionais componentes deste tópico e a correspondência com os objetivos específicos construídos pela AEDAS em seu Plano de Trabalho. Destaca-se, ainda, que alguns dos desdobramentos contidos na ação possuem características contínuas, como não poderia deixar de ser, com alimentação permanente e constante de dados.

3.2 Instalações Físicas

A macroatividade de *instalações físicas* foi inicialmente prevista a partir da delimitação do território de atuação da AEDAS. Com o objetivo de acompanhar as famílias, grupos e coletividades atingidas, assim como identificar os danos por elas sofridos, aproximar-se das comunidades presentes nos territórios é essencial, tanto para criação de vínculo com a ATI, quanto para o fortalecimento dos vínculos comunitários. Além disso, a proximidade com as comunidades que estão no seio do conflito ambiental, e que convivem diariamente com os danos causados pelo rompimento, pode proporcionar maior compreensão das dinâmicas locais e facilitar a instrução às coletividades atingidas.

Tendo em vista esses fatos, a atividade operacional de *montagem da estrutura para início dos trabalhos* foi iniciada pela AEDAS desde o primeiro ciclo de desenvolvimento do projeto por meio do orçamento e aquisição de equipamentos eletrônicos, como celulares e computadores, necessários à execução das atividades pelas equipes empenhadas no trabalho. Logo, tal atividade foi iniciada em período anterior ao abrangido pelo presente relatório. Na época, foram cotados e alugados três escritórios (Brumadinho Betim e Belo Horizonte). Conforme apresentado pela AEDAS, em reunião com a equipe da CAMF, a atividade demandou maior atenção e tempo da ATI, devido à alta nos valores dos aluguéis.

Ressaltamos a importância de um estabelecimento físico da ATI nas regiões assessoradas, considerando, inclusive, a pandemia e toda a dificuldade de participação virtual de atingidos e atingidas (com destaque para as áreas rurais). Os escritórios em funcionamento se situam nos seguintes endereços:

1. BH: Rua Espinosa, 139, Bonfim, Belo horizonte - CEP 30710-320.
2. Betim: Avenida Juscelino Kubitschek, 700, Centro, Betim - Esquina com rua Conrado José da Mata, 14 - CEP 32.600-200.
3. Brumadinho: Casa Brumadinho. Rua Donatila Henrique Silva, 155, bairro Lourdes. Brumadinho CEP 35460-000.

Segundo a assessoria, os escritórios instalados nas regiões 01 e 02 encontram-se estrategicamente localizados para o cumprimento das funções da ATI. No período em análise, a ATI informou que pelo menos um escritório central da assessoria esteve em funcionamento em cada região (R1 Brumadinho e R2 Betim). Dessa forma, compreende-se como minimamente suficientes os escritórios até então alugados, visto que as atividades presenciais com atingidos e atingidas ainda não possuem previsão de serem realizadas nos escritórios. A ATI informou, no entanto, que pretende utilizar os escritórios para reuniões com pessoas atingidas assim que a pandemia estiver mais branda e que, no presente ciclo, os escritórios têm servido para centralizar equipamentos e EPI's, para a realização de reuniões internas dos profissionais, resolução de procedimentos administrativos e guarda de carros, tudo de acordo com o protocolo de ações de enfrentamento à pandemia.

Por todo o exposto, e levando em consideração que o contexto de pandemia reduziu a possibilidade de trabalho totalmente presencial e, para o regime semipresencial, as atividades têm previsão de serem realizadas preferencialmente de maneira virtual, a CAMF considera adequadas as instalações físicas da ATI até então existentes.

3.3 Comunicação

A macroatividade de *comunicação* consta no Plano de Trabalho da



AEDAS sem um período temporal para implementação e, por isso, a verificação da execução dentro de um cronograma não é possível. Entretanto, afirmamos ser uma atividade indispensável para o desenvolvimento da assessoria aos atingidos e atingidas, com caráter contínuo, considerando sua ampla função de elaboração e divulgação de conteúdos informativos, sejam visuais ou textuais, e que movimentam as redes em um procedimento de divulgação massiva de notícias em geral, sobre diversas temáticas.

No período em análise destaca-se, principalmente, o trabalho de repasse e divulgação de informações sobre:

- Acordo Judicial entre Vale/Estado de Minas Gerais - todos os seus componentes e resoluções;
- Programa de Transferência de Renda (PTR);
- Projetos da Bacia do Paraopeba (anexos 1.3/1.4);
- Medidas de reparação e matriz emergencial;
- Pacote de respostas rápidas;
- Plano de recuperação da Bacia - Renser;
- *AEDAS Responde* - Plano de solução de dúvidas diretas;
- Proteção, prevenção e combate ao coronavírus;
- Reivindicações de pessoas e comunidades, dúvidas dos atingidos/as, entre outros.

Por meio das reuniões com a equipe de comunicação da AEDAS, da análise do relatório finalístico e do acompanhamento constante dos trabalhos e produções da ATI, é possível compreender a coerência e indispensabilidade na execução das ações elencadas. Um bom fluxo de comunicação é o pressuposto para que o princípio da participação informada seja executado. Considerando o contexto de pandemia e a necessidade de promover o acesso à informação das comunidades atingidas, o enfoque na produção e divulgação de *cards*, textos, áudios e vídeos foram ações adotadas para abranger todo tipo de comunicação virtual possível. Para além dos meios de comunicação ligados à internet, foram adotadas alternativas mais convencionais, visando alcançar comunidades rurais e com menos recursos de acessibilidade. Ao longo



desses três meses, e respeitando todos os protocolos de saúde, foram produzidos e distribuídos jornais e tablóides impressos e, para, além disso, as notícias e informações foram repassadas via carros de som e programas semanais de rádio na frequência FM.

A comunicação contínua e a disponibilização de informações são parte dos princípios fundamentais das Assessorias Técnicas Independentes. Sendo assim, as atividades desenvolvidas pela AEDAS no âmbito da temática em destaque, aparecem de maneira lógica e coerente, dentro das limitações do contexto da pandemia. Diversas ferramentas, conteúdos e formatos distintos foram utilizados na comunicação com as pessoas atingidas visando o contato virtual e, ainda, algumas alternativas físicas/tradicionais também foram implementadas. As ações da AEDAS potencializam entendimentos, subsidiando atingidos e atingidas de informações primordiais para o processo da reparação integral.

3.4 Seleção Equipe Técnica

A macroatividade de *seleção da equipe técnica* foi iniciada e concluída antes do período de análise do presente relatório e está de acordo com as disposições apresentadas pelas IJs no âmbito da contratação de equipe multidisciplinar, por meio de edital. Apesar de finalizada, conforme apresentado pela AEDAS no presente relatório e em espaços de reunião, a dinamicidade das ações e a alta carga de trabalho implicaram em adversidades na manutenção do corpo técnico da ATI. A rotatividade de profissionais e a indispensabilidade de constituição de novas equipes técnicas para atuar frente às demandas específicas previstas ou que surgiram ao longo do período, provocaram a necessidade de novas contratações por meio de banco de currículos da entidade. Além disso, em contato direto com a AEDAS nos mais diferentes espaços, ficou evidente que a sobrecarga de trabalho está culminando em sucessivos pedidos de demissão de funcionários da assessoria.

Cabe ponderar que algumas das atividades operacionais e ações relacionadas dentro desse tópico demonstram uma natureza contínua ao longo da execução dos projetos de ATI. Ocorre que a mencionada



dinamicidade dos processos relacionados à reparação dos danos, implicou não apenas na constante necessidade de estruturação e orientação do corpo técnico para a execução dos trabalhos, mas também em sucessivas formações para qualificação dos profissionais atuantes.

É por meio desses espaços de formação continuada que os membros da AEDAS recebem parte do treinamento necessário para executar as atividades de maneira mais assertiva. Os ajustes e orientações para o trabalho são recorrentes, adequados de acordo com a pulsação dos assuntos vigentes.

Além disso, considerando o já mencionado contexto extremamente dinâmico de atuação da AEDAS, é importante que a ATI assuma com bastante atenção o acompanhamento de seus profissionais, visando, sempre que necessário complementações das formações, mesmo que por espaços de orientação no cotidiano, aproveitando aqueles já estruturados, como as reuniões de equipes e contatos diretos de técnicas (os) com as respectivas coordenações. Tendo em vista a rotatividade de profissionais que vem ocorrendo na ATI, a CAMF percebe que os esforços de formação inicial e continuada podem acabar sendo ineficazes. Sugere-se, então, pensar a permanência dos profissionais em uma lógica de trabalho assertiva e cuidadosa, promovendo o seu bem-estar, a fim de que esse problema da rotatividade possa ser reduzido. Especificamente, entendemos que a ampliação da equipe técnica é uma necessidade comprovada para que as equipes atuais não fiquem sobrecarregadas.

3.5 Planejamento e Formação da Equipe

A macroatividade de *planejamento e formação da equipe* é composta por três atividades operacionais: 1) Ajuste do processo de formação da equipe; 2) Formação da equipe de coordenadores e 3) Formação das novas equipes de assessores técnicos do Projeto Paraopeba: Equipe de Monitoramento de Gênero e Equipe de Diretrizes de Reparação Integral. Apesar de, na parte narrativa dos relatórios (R1 e R2), a AEDAS informar que as três atividades operacionais foram concluídas no ciclo em análise, na planilha de atividades consta que a primeira atividade

operacional - ajuste do processo de formação da equipe - é de natureza contínua e ainda não foi iniciada.

Na planilha apresentada ainda consta a informação de que em razão das muitas demandas para a execução do acordo em prazos muito exíguos, as atividades formativas realizadas no ciclo foram focadas na preparação da equipe para diálogo com atingidos e atingidas (fornecer informações e explicações sobre o acordo) e para realização das atividades de implementação dos anexos, não tendo ocorrido as atividades formativas-base.

A CAMF entende, com relação à primeira atividade operacional, que se trata, de fato, de ação de natureza contínua. Primeiramente, cabe destacar que foi por meio desses espaços de formação continuada que os membros da AEDAS receberam parte do treinamento necessário para executar as atividades de maneira mais assertiva. A dinamicidade dos processos relacionados à reparação dos danos, inclusive com a celebração do acordo, implicou e implica na constante necessidade de estruturação e orientação do corpo técnico para a execução dos trabalhos, bem como em sucessivas formações para qualificação dos profissionais atuantes.

Os ajustes e orientações para o trabalho, portanto, devem ocorrer de forma recorrente, adequados de acordo com a pulsação dos assuntos vigentes. Em contato com a equipe CAMF, a AEDAS já sinalizou que a metodologia de desenvolvimento desses espaços, informativos e formativos, está sendo constantemente aperfeiçoada. Dessa forma, entende-se como pertinente a atividade de ajuste do processo de formação da equipe AEDAS, a título de se manter o corpo técnico atualizado e alinhado para a execução dos trabalhos de campo junto às comunidades atingidas.

Com relação às demais atividades operacionais citadas, encontram-se, segundo a AEDAS, finalizadas. Destaca-se a importância, tanto da realização das atividades, a fim de composição da equipe da assessoria, quanto da sua finalização, pois significa, ao menos em termos gerais, que a equipe estaria completa para o exercício pleno de suas funções estabelecidas no plano de trabalho. Contudo, é indispensável apontar

novamente que a ATI vem passando por dificuldades recorrentes para a manutenção do seu corpo técnico, tendo em vista que a alta carga de trabalho e as próprias dificuldades inerentes à natureza do trabalho da Assessoria geram uma rotatividade grande de profissionais.

A ATI vem contornando a situação por meio de novas contratações que utilizam o banco de currículos da entidade e a realização de novos processos seletivos quando necessários. Mas todas as vezes que é necessária uma nova contratação, é indispensável um novo treinamento e a realização de novas formações, como já apontado acima. Referido fato traz duas consequências diretas: 1) a necessidade da continuidade de ajustes nas formações e 2) a possibilidade de algum prejuízo na atuação da assessoria.

Por fim, a CAMF entende que a formação das duas novas equipes da ATI (Monitoramento de Gênero e DRI) foram essenciais para a possibilidade e qualificação de algumas atividades ocorridas no ciclo em análise, notadamente, para a construção e sistematização de documentos importantes ao desenvolvimento das atividades da AEDAS.

3.6 Relatórios da Equipe

A macroatividade em destaque é composta por uma díade de ações operacionais, estrategicamente organizadas para potencializar a atuação da AEDAS nas comunidades atingidas. São operações e exercícios modelados para fortalecer o trabalho analítico com dados e informações pertinentes ao processo de reparação integral.

A atividade operacional de *organização do fluxo de relatórios das equipes* possui caráter contínuo e se desenvolve em âmbito interno. Considerando, novamente, toda a dinâmica de atores envolvidos no processo, assim como a necessidade de relatar para estes as ações, com o objetivo de dar ciência do que foi desenvolvido, o outro ponto indispensável para a organização do trabalho é a constante gestão dos processos internos, articulados com os fluxos e prazos estabelecidos entre as instituições. Essa atividade auxilia no monitoramento das ações planejadas e delimitadas pelo escopo do Plano de Trabalho da ATI.



Promover a organização e padronização de relatórios produzidos por equipes diversas é tarefa indispensável. Reiteramos que a ação não consiste apenas na organização de fluxos, mas, também, na elaboração de modelos de documentos, a depender das demandas advindas do processo judicial, das IJs e do acordo.

Já com relação à atividade operacional de *elaboração de relatórios* é necessário tecer algumas ponderações e reflexões. É uma ação direcionada para a produção e desenvolvimento de relatórios trimestrais, com balanços quantitativos e qualitativos da atuação da respectiva ATI. A atividade operacional em destaque possui caráter contínuo, objetivando sempre o acompanhamento metodológico e finalístico da AEDAS. Ressalta-se que para fomentar entendimentos e intensificar resoluções, a Equipe de Referência da CAMF realizou algumas reuniões junto à respectiva ATI, guiadas pelo debate acerca das nuances componentes do relatório trimestral. Esses espaços foram e são de extrema importância para potencializar a atuação das equipes, auxiliar na construção de uma documentação consistente e direcionar para o aprimoramentos no trabalho. É perceptível como o estímulo da CAMF e a significativa abertura da AEDAS resultaram em modificações notórias na entrega do 4º Ciclo.

O Relatório Finalístico foi entregue pela AEDAS dentro do prazo estipulado, juntamente com arquivos relacionados com as execuções de março, abril e maio. O documento trimestral apresentado pela ATI foi desenvolvido sob narrativas correspondentes às suas macroações. Essa estrutura representou um substancial avanço organizacional, capaz de, efetivamente, potencializar a análise da CAMF. Além disso, a apresentação da planilha de atividades operacionais associada à parte narrativa e a outros processos de acompanhamento da AEDAS facilitaram a compreensão da linha lógica de execução dos projetos por parte da CAMF.

Sugere a CAMF, somente, que a planilha de atividades passe por uma revisão mais criteriosa da AEDAS antes da sua entrega a fim de evitar a apresentação de algumas inconsistências em seu conteúdo.

É de conhecimento da CAMF que a ATI passa neste momento por atualizações, reestruturações e replanejamento dos trabalhos de maneira

geral. Ressaltamos que, ao longo dos meses correspondentes ao presente parecer, a Equipe de Referência pôde acompanhar diversas atividades internas da AEDAS de planejamento para a elaboração dos finalísticos trimestrais. Esse processo contou com a orientação de diversas equipes, visando maior integração e descentralização na produção do relatório. Assim, reforçamos a relevância dessa entrega não apenas como um produto que demonstra as atividades desenvolvidas, mas, como parte da demonstração dos avanços processuais do trabalho realizado por todas as equipes técnicas da AEDAS.

3.7 Registro e Acompanhamento Familiar

A macroatividade em destaque é uma ação fundamental para o trabalho da AEDAS em toda a sua complexidade. É o primeiro passo do Diagnóstico Rápido Participativo (DPR) e uma de suas funções é desenvolver o levantamento do perfil socioeconômico de cada núcleo familiar, acompanhado bem como outros tipos de levantamentos a partir de demandas específicas trazidas pelas Instituições de Justiça (IJs). Além disso, compreende-se que é um momento de acolhimento, de contato mais próximo e de estabelecimento de vínculos com as pessoas da comunidade. A ferramenta utilizada para a coleta e armazenamento de dados do Registro Familiar é o software livre *KoboToolbox*². Esse instrumento teria subsidiado a produção de documentos ligados à Matriz de Danos Emergenciais e a consolidação das listas de demandas por comunidade.

A macroatividade de *registro e acompanhamento familiar* possui caráter contínuo, de natureza participativa, e sua aplicação está diretamente ligada às equipes de Mobilização e Gestão de Informação.

² O KoBoToolbox é um software livre e aberto, desenvolvido e criado pela Harvard Humanitarian initiative com a parceria da Brigham and Women's Hospital, que busca a realização de coleta de dados em regiões que se encontram os assentamentos de refugiados, vilas no meio rural, escolas, sendo utilizados por organizações humanitárias ou por pesquisadores universitários para fins sociais e educacionais, tendo como objetivo no projeto o viés científico, que não possuem condições financeiras para adquirir um software pago. Para saber mais: MOTA, JUNIOR. C. R.; CUNHA, J. M. *As tecnologias de informação e comunicação (TIC) como ferramenta em pesquisas acadêmicas: análise do software Kobotoolbox*. Revista Brasileira de Iniciação Científica, Itapetininga, n. 9, p. 13 – 21 2017.



É um exercício dividido em quatro ações operacionais: 1) Atualização dos bancos de dados; 2) Agendamento; 3) Aplicação do registro - *online* ou presencial e, por fim, 4) Atendimento às demandas de situação de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade (individuais e coletivas).

A atividade operacional de *atualização do banco de dados* é uma ação em constante atualização, impulsionada, sobretudo, pelo crescimento substancial do número de pessoas interessadas em receber acompanhamento e participar do processo de forma qualificada. Além disso, o acompanhamento contínuo das situações e realidades de atingidos e atingidas são monitorados por esse documento. Na medida em que cresce o número de pessoas interessadas no acompanhamento e na participação informada, a *atualização do banco de dados* é acelerada e potencializada, reforçando sua relevância metodológica. Segundo os dados fornecidos pela AEDAS, até o final do trimestre aqui analisado, foram efetuados 2.250 registros familiares na região 01 e 3.000 na região 02.

No que se refere às atividades operacionais de *agendamento e aplicação do registro*, é importante destacar a dedicação de toda a equipe de Mobilização para sua execução. Durante reuniões desenvolvidas com as equipes de Mobilização e Gestão de Informação e mediante o constante acompanhamento da CAMF, foi possível compreender a complexidade da tarefa assumida. O contato com as pessoas das comunidades é diário e a tentativa de aplicação de questionários e entrevistas é recorrente. Os técnicos da AEDAS iniciam o contato da assessoria com as famílias atingidas e introduzem o levantamento dos danos identificados. Danos esses que serão complementados e qualificados com as próximas fases metodológicas desenvolvidas pela ATI.

Já a atividade operacional de atendimento às *demandas de situação de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade* entendemos como essencial, não apenas para os objetivos traçados pela AEDAS, como também para os princípios guiadores das assessorias técnicas independentes. A ação se constitui na organização de levantamentos e encaminhamentos de ofícios de demandas emergenciais individuais ou



coletivas. É uma atividade de caráter contínuo, orientada pelas necessidades urgentes dos territórios atingidos e deverá ser desenvolvida ao longo de todo o trabalho desenvolvido pela AEDAS.

A ATI ressaltou que, no período em análise, houve uma crescente na demanda de casos de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade, tendo sido necessário o estabelecimento de um fluxo interno para o encaminhamento qualificado. Ressaltamos que a partir da realização de um mapeamento completo e eficaz dos territórios assessorados, a atividade de organização de fluxos de demandas de situação de vulnerabilidade é de extrema importância para o desenvolvimento do processo de reparação integral. Além disso, por meio do acompanhamento dos GAAs pela CAMF, foi possível testemunhar relatos de problemas de saúde, ideações suicidas, abuso de álcool, endividamentos, problemas com água e com bloqueios sem justificativas do auxílio.

Todas as equipes da AEDAS estiveram envolvidas no desenvolvimento e execução da atividade operacional de *demandas de situação de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade*. Cada qual realizando ações dentro de suas respectivas habilidades e expertises. Foram realizados sucessivos espaços de escuta ativa (*online* e presencial, quando necessário), elaboração de inúmeros pareceres técnicos e formulação de dezenas de recomendações e encaminhamento aos órgãos competentes.

Partindo desse pressuposto, ratificamos a potencialidade da atividade produzida pela AEDAS no sentido de identificar problemas e encaminhá-los. Além disso, destacamos as ações de acompanhamento contínuo realizadas pela ATI dessas demandas de vulnerabilidade que, objetivamente, impulsionam o debate nas diferentes esferas de articulação entre ATIs, CAMF e IJs, lançando foco para as necessidades e vulnerabilidades da população atingida.

A atividade operacional em destaque envolve diretamente a articulação com atores diversos e de instituições relevantes para o encaminhamento de demandas e documentos. É importante explicitar que a macroação *registro e acompanhamento familiar* possui raízes